



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 100/101

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE NOVEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi e Ademir Bier (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob nº 1946/2004, do Sr. Joélcio Luiz Kloss, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre repasse mensal para o atendimento à merenda escolar em

Guaraqueçaba. **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 570/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Nelsinho Dal'Santos, que pede esclarecimentos sobre recapeamento asfáltico do acesso à Unicentro - Campus Irati. **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 531/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre Engenharia de Tráfego em Almirante Tamandaré. **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 482/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Chico Noroeste, que pede esclarecimentos sobre acordo firmado para redução da tarifa do pedágio, entre o Governo e a Concessionária Rodovia das Cataratas. **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 506/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni e Elio Rusch, que pedem esclarecimentos sobre contrato de pedágio da Concessionária Rodovia das Cataratas. **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 507/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni e Elio Rusch, que pedem esclarecimentos sobre contrato de concessão nº 73/97, firmado com a Concessionária Rodovia das Cataratas. **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 505/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Ademir Traiano, que pedem esclarecimentos sobre contrato de pedágio da Concessionária Caminhos do Paraná S/A. **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

Sob o nº 441/2004, do Sr. Luis Mussi, Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Nelsinho Dal'Santos, que pede esclarecimentos sobre balanças de pesagem das Rodovias do Paraná. **Ao Conhecimento do Deputado Interessado.**

OF/CTL/CC Nº 194/2004

Curitiba, 08 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa. para comunicá-lo que o Vice-Governador Orlando Pessuti estará ausente do País nos dias 8 a 19 de corrente mês, período em que, na Itália, tratará de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) CAÍTO QUINTANA
Chefe da Casa Civil

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1847

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 373/2004 - altera incisos do artigo 28 da Lei Complementar nº 40/87 - Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1851

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1849

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 11 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 733/2003, que dispõe sobre a remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretários de Estado.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1845

Senhor Presidente:

Pelo presente, vimos REQUERER a V. Exa. espaço para uso da tribuna deste Plenário, no horário do Grande Expediente na Sessão Plenário da próxima terça-feira, dia 16 de novembro, por parte da representante da Associação dos Advogados do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(aa) DURVAL AMARAL
BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1862

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada uma Sessão Solene dia 29 do corrente, para a entrega do Título de Cidadão Honorário ao Sr. Franke Diskstra.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, o adiamento do Grande Expediente do dia 17 de novembro de 2004, para o lançamento estadual da Campanha Nacional Contra o Abuso Familiar, para o dia 1º de dezembro.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de congratulações à Igreja Pentecostal Fonte de Vida pelo seu Jubileu de Prata no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.
(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de instituição que tem dedicado seus 25 anos de existência no Estado, à edificação moral e amp-

aro espiritual das pessoas, através da prorrogação dos ensinamentos deixados pelo Senhor Jesus Cristo.

REQUERIMENTO Nº 1844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de aplausos e congratulações ao Sr. Professor Belmiro Valverde Jobim Castro, eleito a ocupar a cadeira da poeta Helena Kolody, que morreu em fevereiro deste ano.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem contribui muito ao nosso Paraná. Professor e escritor, foi por quatro vezes Secretário de Planejamento do Estado e uma vez Secretário de Educação. Atualmente, professor da Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Direito pela Universidade do estado de Guanabara, e na Califórnia, onde conquistou os títulos de Mestres e PhD em Administração Pública pela University of Southern Califórnia.

Mestre altamente respeitado que fará parte da Academia Paranaense de Letras, eleito por 35 dos 40 membros da academia, onde ocupará honrosamente a cadeira 28 da poeta Helena Kolody.

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Neide Metrovini, Diretora da Escola Municipal Michel Kairalla. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1836

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Zilda Ferraru, Diretora da Escola Municipal Santa Inês. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor a Sra. Marisa Menotti, Diretora da Escola Municipal Ana Néri.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1838

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Silvana Rossigalle, Diretora da Escola Municipal Pingo de Gente.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1855

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Maria de Fátima Rossigalle Dalossi, Diretora da Escola Municipal Arco Íris.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Elizabeth Melhman Lourenço, Diretora do Colégio Durval Ramos Filho.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Claudenir Leonardo de Campos, Diretora da Escola Estadual Mário Zacarelli.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1840

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor a Sra. Agnes Faria, Diretora do Colégio Estadual Barbosa Ferraz.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor a Sra. Professora Aparecida Maria da Silva Almeida.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor a Sra. Francisca Ventura.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que este subscreve, como representante da Região de Maringá, vem encaminhar moção e aplausos a Sra. Ione Pereira, pelo gesto espontâneo a devolução do cartão Bolsa-Família, em virtude de seu esposo ter conseguido um novo emprego.

Por tal atitude a cidadã recebeu agradecimentos, por carta, do Exmo. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Parabeniza-se, com destaque especial, pelo ato de cidadania, de humildade, de cristandade e principalmente de honestidade, que fora praticado pela cidadã residente na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Abraços!

Sou em Cristo.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1843

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre quais os objetivos da compra, quanto custaram, quantos foram comprados, como e onde serão instalados os módulos adquiridos pelo Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para que explique a este Legislativo as razões pelas quais o preço do sedex de R\$ 8,10 foi para R\$ 12,50, um aumento de 54% e de R\$ 44,90 para 85,10 aumento de mais de 89%.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O aumento extrapola absurdamente a inflação do período, dos combustíveis e dos salários.

REQUERIMENTO Nº 1853

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, usando das atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, solicitando a atuação da Procuradoria Geral do Estado, bem como, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, para esclarecimentos e apoio à comunidade sobre a questão da demarcação das terras indígenas do Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1857

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente aos Líderes Partidários do Congresso Nacional, manifestando posição contrária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à aprovação do projeto de lei, de autoria do Deputado Federal João Matos, que propõe mudanças

na Lei Nacional de Adoção de Crianças e Adolescentes.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1858

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas à Secretaria de Estado dos Transportes/DER cópias dos documentos abaixo, referentes ao Lote 1 (ECONORTE) do Programa de Concessão de Rodovias:

- Balanço e Balanço Analítico, exercício de 1997 a 2003;

- Proposta Comercial da licitação em papel e em mídia e os respectivos aditivos;

- Contrato de Concessão.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito da compra de energia elétrica pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica junto à Dona Francisca Energética S/A - DFESA.

- A ANEEL homologou o contrato de compra e venda de energia elétrica firmado com a DEFESA?

- Em caso negativo quais as razões da não homologação?

- Razões pelas quais a COPEL pretende comprar energia elétrica da DFESA? A COPEL está com déficit de energia?

- Qual a quantidade de energia elétrica que se pretende adquirir junto à DFESA? Qual o valor em reais envolvidos?

- O excedente de energia produzido pela Dona Francisca Energética S/A - DFESA pode ser vendida em leilões do Mercado Consumidor?

- Em caso afirmativo, qual o próximo leilão programado?

- Quais os procedimentos que devem ser adotados e quais os documentos que devem ser providenciados para que a companhia se habilite no leilão? Qual o prazo?

- Caso Dona Francisca Energética S/A - DFESA não consiga participar do leilão e vender a energia excedente qual será o destino desta energia excedente?

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estad-

ual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 407/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A determinação do valor da tarifa do pedágio aplicada nas rodovias concessionadas pelo Estado do Paraná será escalonada de acordo com o número de eixos do veículo.

Parágrafo Único - Este padrão tarifário apenas se aplica para veículos com capacidade de carga superior a 10.000 kg.

Art. 2º - Os veículos com sistema hidráulico de levantamento de eixos apenas serão tarifados por eixo que, na passagem pela praça de cobrança de pedágio, esteja em contato com a malha asfáltica.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca”*. (* STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida

liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57).

O presente projeto visa dar foros de razoabilidade ao pedagiamento dos veículos de carga nas rodovias concessionadas pelo Estado do Paraná, pois a cobrança já vem sendo efetuada conforme o número de eixos, pouco importando se em contato ou não a superfície asfáltica.

Com efeito, a cobrança por eixos se justifica pelo fato de que, quanto maior o número de eixos rodando, maior é o desgaste da superfície. Não havendo contato não há desgaste e, por essa razão, não há razão para se cobrar de eixo levantado.

O projeto, em síntese, estabelece isenção da cobrança de pedágio para o eixo levantado.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 408/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Título II, Capítulo I e o artigo 13, da Lei Complementar nº 14/82, de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações, passam a ter a seguinte redação:

“Título II”

“DA CARREIRA POLICIAL E DO PROVIMENTO”

“CAPÍTULO I”

“DA CARREIRA POLICIAL CIVIL”

“Art. 13 - A carreira policial civil é composta por”:

I - Delegado de Polícia;

II - Comissário de Polícia; (em extinção)

III - Investigador de Polícia;

IV - Escrivão de Polícia;

V - Papiloscopista;

VI - Agente em Operações Policiais.”

Art. 2º - O artigo 14, da Lei Complementar nº 14/82, com suas posteriores alterações, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14 - As classes iniciais, nos cargos da carreira policial civil serão providas mediante concurso público, de provas, ou de provas e títulos, para o provimento dos cargos que exigem formação de nível superior, realizado através das seguintes fases, todas eliminatórias:

I - prova preambular de conhecimentos gerais;

II - prova de conhecimentos específicos;

III - exame de Investigação de Conduta;

IV - exame de Higiene Física;

V - exame de Aptidão Física.

§ 1º - O provimento no cargo de Delegado de Polícia é privativo de Bacharel em Direito.

§ 2º - O exercício pleno da atividade policial civil dependerá da conclusão e aprovação nos cursos de formação técnico-profissional específicos.

§ 3º - O número de cargos a serem preenchidos será fixado de acordo com o dimensionamento previsto no Orçamento Discriminado de Recursos Humanos, aprovado pela Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado da Segurança Pública, e, uma vez providos, os seus titulares deverão nele se manter até que se cumpram as exigências do estágio probatório.

Art. 3º - O artigo 42 da Lei Complementar nº 14/82, com suas posteriores alterações, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 42 - Havendo vagas, em número superior ao de candidatos com interstício completo, poderão concorrer ao preenchimento das vagas remanescentes, os que houverem completado na classe anterior, um mínimo de trezentos e sessenta e cinco (365) dias, desde que sejam servidores policiais civis estáveis.”

“Parágrafo Único - O servidor policial civil, promovido na forma supra, deverá completar a contagem dos interstícios anteriores, sem o que não poderá concorrer à nova promoção.”

Art. 4º - O artigo 222, da Lei Complementar 14/82, com suas posteriores alterações, passa a ter três parágrafos.

“Art. 222 - São penas disciplinares:

I - advertência;

II - repreensão;

III - suspensão; e, ou multa;

IV - destituição de função;

V - demissão, e

VI - cassação de aposentadoria;

VII - cassação da disponibilidade.

§ 1º - As penas de advertência, de repreensão e de suspensão, terão seus registros cancelados, transcorridos 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, desde que o servidor não tenha nesse período, praticado infração disciplinar.

§ 2º - O cancelamento previsto no parágrafo 1º, deste artigo, não surtirá nenhum efeito retroativo.

§ 3º - Os órgãos responsáveis pelos assentamentos funcionais dos servidores policiais civis, deverão proceder de ofício ao cancelamento referido no parágrafo primeiro, deste artigo”.

Art. 5º - O Artigo 224 da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 224 - Circunstâncias que atenuam, diminuem e ou isentam de pena.

§ 1º - Circunstâncias atenuantes:

I - haver o transgressor procurado diminuir as conseqüências da falta, ou haver, antes da aplicação desta reparado o dano;

II - haver o transgressor confessado espontaneamente a falta perante a autoridade sindicante ou processante, de modo a facilitar a apuração daquela.

§ 2º - A primariedade é circunstância que constitui causa especial de diminuição de pena que será aplicada na forma abaixo:

I - diminuição da pena, nos casos previstos nos incisos III, V e VII, do artigo 222, desta Lei, aplicando-se:

a) - suspensão mínima, para a pena prevista no inciso III.

b) suspensão por noventa dias, sem percepção dos vencimentos para as penas previstas nos incisos V e VII;

II - diminuição e ou isenção da pena, para o caso previsto no inciso VI do artigo 222, desta Lei, aplicando-se:

a) - a pena de multa equivalente a suspensão por noventa dias, sem percepção dos vencimentos, no período de até três anos da data em que foi publicada a resolução de aposentadoria; e,

b) - isenção da pena, com o conseqüente arquivamento dos Autos, quando já houver decorrido, mais de, três anos da data em que foi publicada a resolução de aposentadoria.

§ 3º - O Conselho da Polícia Civil, por maioria absoluta, quando assim entender, poderá em decisão fundamentada, deixar de propor a aplicação de pena máxima e aplicar a pena de suspensão ao servidor transgressor.

§ 4º - O disposto neste artigo e parágrafos não se aplica para os casos previstos como crimes contra os costumes, contra o patrimônio e que por sua natureza e configuração sejam considerados infamantes, tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física de modo a incompatibilizar o servidor policial civil, para o exercício da função ou cargo, ou ainda os que sejam considerados hediondos”.

Art. 6º - Fica revogado o § 1º do artigo 244 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 com suas posteriores alterações.

Art. 7º - O art. 263 da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982 com suas posteriores alterações, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 263 - Caberá recurso, por uma única vez, da decisão do:

I - Colegiado que propuser a aplicação de pena;

II - Governador que aplicar a pena.

§ -...

§ -...

§ -...

§ 4º - revogado

§ 5º - O recurso será apreciado pela autoridade que propôs ou que aplicou a pena, caberá, ainda, recurso, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, da decisão do Colegiado que indeferir o recurso sem motivação.”

Art. 8º - Nos demais artigos, parágrafos, incisos e alíneas, da Lei Complementar 14/82, com suas posteriores alterações, onde constar “carreiras policiais civis”, fica alterado para “cargos policiais civis”.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Podemos dizer que a carreira policial civil é composta de vários cargos, sendo que os servidores ocupantes desses cargos desempenham suas funções que convergem para um mesmo fim, preservação da ordem pública, o exercício de Polícia Judiciária, Administrativa e de Segurança, com a prevenção, repressão e apuração das infrações penais e atos anti-sociais, na forma estabelecida pela legislação; ainda por suas características e finalidades é fundamentada na hierarquia e disciplina.

A alteração do artigo 42, é uma exceção que visa o aprimoramento, incentivo ao policial e mormente a abertura de vagas na classe inicial, destarte, possibilitando-se a realização de concurso para preenchimento das vagas existentes.

O cancelamento do registro das penalidades de advertência, repreensão e de suspensão, não é novidade, pois, já existe na Esfera Federal, consoante dispõe a Lei nº 8112/90 em seu art. 131:

“Art. 131 - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período praticado nova infração disciplinar - Parágrafo Único - O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos”.

Assim acreditamos que possa servir como incentivo para a reabilitação do servidor policial;

Com referência à atenuação das penas, algumas já previstas na nossa legislação, assim como em outras legislações. Também apresentada alguma inovação, haja vista que não se pode conceber que o servidor que durante sua trajetória funcional, nunca infringiu as normas estatutárias, venha no cometimento do seu primeiro erro, uma infração, excluídas as do parágrafo segundo do artigo 224, da Lei Complementar nº 14/82, com suas posteriores alterações, a ser punido com a penalidade máxima que é a pena de demissão. Ou ainda, a pior, a mais severa das penas, a pena de cassação de aposentadoria.

Porque a cassação de aposentadoria é a pior, a mais severa, das penas aplicadas? E principalmente para o servidor primário.

Primeiro:

A cassação de aposentadoria é uma pena aplicada a quem já não ocupa mais um cargo público;

A pena de cassação de aposentadoria deve ser abolida da legislação por não cumprir a sua finalidade, pois, essa pena é uma forma encontrada para justificar a

morosidade da Administração que não cumpriu o seu papel enquanto o servidor estava na ativa.

O servidor contribui para a Previdência, contribuiu essa, obrigatória. Portanto, após ter cumprido todas as exigências, tem ele, direito adquirido do qual, no momento em que recebeu sua aposentadoria e esta lhe foi concedida, e, se concedida, foi, é porque cumpriu todas as exigências para a tal.

Defendemos aqui, que não pode a Administração, que por falha sua deixou de punir o servidor enquanto na ativa, para querer puni-lo de forma drástica, aplicando-lhe a mais perversa das penas. A cassação de Aposentadoria.

Caçar a aposentadoria de uma pessoa, significa jogá-la na sarjeta, essa é uma “pena capital”.

Em muitas das vezes o servidor contribui até por mais tempo do que o exigido, para poder usufruir desse direito;

Há casos em que o servidor prefere permanecer no trabalho até o momento em que pela sua idade seja aposentado compulsoriamente, ou seu estado físico, sua saúde já não lhe permita continuar trabalhando.

Podemos também dizer “que aposentadoria é sinônimo de doença”. Pois, alguém já viu alguma farmácia promover desconto no preço de remédios para jovens e trabalhadores? Creio que não, mas, para aposentados, vemos com frequência.

Segundo:

Com a idade avançada e tendo trabalhado a maior parte de sua vida, ou praticamente toda ela dedicada ao serviço policial e já aposentado, sinal de que está longe de sua juventude, portanto, não mais em condições de iniciar em novo serviço e mais ainda, nessa altura da vida, esse servidor já não sabe ou não tem condições (saúde) para exercer outra atividade, até porque na iniciativa privada o seu currículo, a sua idade avançada, não o recomenda para uma atividade na iniciativa privada, pois o que na sua vida foi só fazer polícia, combatendo a criminalidade, enquanto com saúde, para oferecer segurança à sociedade.

Terceiro:

Não se pode vincular uma falta funcional a um servidor porque simplesmente e por qualquer razão a Administração Pública não apurou em tempo hábil, enquanto o servidor se encontrava na ativa e ainda tinha apenas uma expectativa de um dia se aposentar; e

Quanto às demais alterações, elas se fazem necessárias para agilização do processo, clareza na apreciação dos recursos, até mesmo por questão de economia processual.

Finalmente, a demora na apuração do feito e julgá-lo, não cumpre a sua finalidade, vez que não surte o efeito desejado.

A demora na apuração dos fatos, a demora no julgamento do processo de forma a ultrapassar o período em que o servidor deixou a atividade e passou para a inatividade para aí alcançá-lo com a penalidade de cassação de

aposentadoria não pode prosperar, pois este, não mais ocupa cargo público e sim, encontra-se na condição de aposentado, para o que contribuiu pelo tempo exigido pelo Órgão Previdenciário, passando aí a aposentadoria, os proventos de aposentadoria, a fazer parte do seu patrimônio, pois, que direito adquirido.

Destarte, não pode o Estado por falha sua, jogar pessoa na sarjeta, pois sabemos nós, que com raríssima exceção esse servidor cassado irá conseguir se manter dignamente.

Cometeu a falta, esta deve ser apurada enquanto o servidor se encontra na ativa e ainda não adquiriu o direito à aposentadoria. Caso contrário, não deve a pena alcançar o aposentado assegurando-se a este o direito de permanecer aposentado, até porque já contribuiu para usufruir seu direito à aposentadoria.

O que se está pleiteando é uma questão não só de justiça, mas também social.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Natálio Stica no Grande Expediente, tendo em vista não haver oradores inscritos no Pequeno Expediente.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, depois de uma reunião, com a participação da direção da COPEL, os Deputados da Base de Apoio e da Composição, tivemos uma conversa onde acordamos que só iríamos votar a mensagem que trazia o consórcio de nº 1 chamado Gralha Azul. O consórcio em que a COPEL entra com 80% das ações e a ELETROSUL com 20%.

O consórcio de nº 3, chamado Uirapuru, já era de consenso, não iríamos colocar para votação, porque a COPEL entraria com 5% portanto, ao arrepio da lei vigente no nosso Estado.

A dúvida que pairava no consórcio nº 2 chamada de Artemis, onde a COPEL, na proposta, entraria com 31.66, a ELETROSUL com 31.66, a CYMI 31.67, a Santa Rita com 5%.

Nós tínhamos na Base de Apoio ao Governo preparado uma Emenda para garantir o respaldo da nossa lei, mostrando que o serviço público ficaria majoritário, juntos, COPEL e ELETROSUL, numa Emenda onde garantia que um pacto de acionistas faria com que, se a ELETROSUL pretendesse vender as suas ações, teria que fazê-lo à COPEL, até que essa atingisse 51%.

A surpresa nossa quando na reunião de ontem pela manhã, o Deputado Neivo Beraldin, muito bem assessorado, mostra-nos alguns documentos que deixou inclusive o Dr. Paulo Pimentel numa situação um pouco preocupante e desconcertante, por que não dizer assim.

Ele mostrava, Deputada Elza, documentos que diziam que a empresa Artemis é uma empresa criada por mil reais, que tem uma dívida de 90 milhões na praça, e que tinha certidões positivas. Diante disso não poderia a COPEL ser parceira de uma empresa dessa.

Ficamos preocupados de imaginar como é que a ANEEL aceita uma empresa dessa participar de um leilão.

Eu recebi hoje de manhã em meu gabinete, o Dr. Paulo Pimentel também recebeu as visitas, e tomei a liberdade de convidá-los para que assistisse à nossa sessão de hoje. Sr. Presidente estão presentes os diretores da ELETROSUL, Sr. José Orlando Lucas Leite, Gerente de Assessoria Econômica e Financeira, o Sr. José Renato Viera, Gerente de Assessoria de Engenharia, Sr. Pablo Gonzáles, Diretor Financeiro da Artemis. O Sr. Adilson José Frutuoso, Gerente da Santa Rita, e outra empresa que também faz parte desse consórcio. Trouxeram-me documentos.

Quero primeiro dizer que vamos continuar com o nosso acordo e vamos apenas votar o consórcio nº 1. Não muda nada do que acordamos. Mas, cabe-me fazer esse relato até porque tive explicações dos diretores dessas empresas, que mostra que a realidade não é exatamente aquela colocada ontem.

Embora discutia muito rapidamente com o Deputado José Maria, meu conselheiro aqui nesta Casa, tenho uma confiança muito grande. E nós dizíamos rapidamente, que não tira ainda a responsabilidade dos diretores da COPEL em não nos municiar com os documentos necessários. Pode ser que a explicação seja porque técnicos que aqui vieram, assim como todo engenheiro, ele tem um pensamento cartesiano, não consegue fazer uma distinção que não seja só matemática. E aqui, nós precisamos muito mais do que isso!

Por exemplo, nós viemos para votar três Consórcios como se todos fossem da mesma origem, da mesma maneira, criado no mesmo dia, tivesse o mesmo prazo, que o prazo máximo é dia 16, e descobrimos isso ontem. O Deputado Neivo Beraldin também ficou surpreso não que o Artemis não tem o prazo, dia 16, ou seja, o Consórcio Gralha Azul e o Consórcio Uirapuru, estes sim, são objeto de uma licitação que tem prazo máximo até o dia 16. Portanto, teríamos que votar e temos que votar agora para que a empresa participe, caso contrário não participa mais, mas não é o caso do chamado Artemis nº 2, que este é objeto de um consórcio, de uma licitação já realizada acerca de um ano, em 2003, e que nós precisamos autorizar ou não, se for nosso entendimento, Deputado Elio Rusch, que muito bem trabalhou nessa questão.

Se a COPEL, se tem interesse para o Paraná para a COPEL não vir participar, nós vamos dar autorização para que ela, sim, faça parte desse empresa Artemis, desse consórcio já ganho a licitação no ano passado.

Portanto, tem que ser uma votação no mínimo em separada, teríamos que ter votado aqui o Uirapuru e o Gralha Azul e uma outra Mensagem que viesse dizendo que o Consórcio Artemis, para nós aqui discutirmos, se é interesse da COPEL entrar com 31.66 das ações no Grupo Artemis já consolidado, e aí nós começamos a ter as explicações que não tínhamos até ontem.

Por exemplo, por que é que essa Empresa, foi dito que é uma empresa criada com mil reais, tem uma dívida de noventa milhões e está no consórcio gigantesco desses? Claro que dá impressão que há uma grande “arapuca” por trás de tudo isso. Na verdade, para entrar num consórcio precisava ter uma empresa que fosse lá de mil reais, hum mil e dois real, não interessa.

Então se entrou com esse valor numa empresa que já foi capitalizada para dois milhões e está sendo capitalizada para cento e cinquenta milhões. Quem são os donos dessa empresa? Hoje a ELETROSUL é dona da Artemis, a Santa Rita é dona da Artemis e a GIME Espanhola é dona da Artemis. E a COPEL vai ser dona da Artemis se nós viermos aqui numa nova mensagem darmos autorização para que a COPEL entre nessa parceria.

Portanto, a Artemis é uma empresa agora sim, entendendo aqui uma empresa feita por empresa sérias bem administradas, mas que não tivemos essa explicação que deveria ter tido aqui, para que não déssemos aqui nenhum atestado ou outro que não fosse de coerência nossa, como Deputados.

Então começam a se esclarecer os fatos. Sugeri aos diretores das empresas que compõem a empresa Artemis que aqui estão, Santa Rita e ELETROSUL que depois da conversa com Dr. Paulo Pimentel, nós vamos ter que conversar com o Governador Requião, e este se tiver o entendimento que é bom para a COPEL e para o Estado do Paraná, que envie uma nova mensagem, clara, definida, dentro da lei vigente para que a gente possa fazer uma nova análise, Deputado Neivo Beraldin, que V. Exa. tem toda razão em levantar os problemas aqui, não tinha obrigação nenhuma de saber se o mil reais era uma “maracutaia” ou uma maneira de entrar no consórcio, se já tinha 2 milhões ou não tinha, se já tem um aporte que vai a cento e cinquenta. Então, começa-se a esclarecer.

Vou receber um dossiê no início da semana que vem, e quero fazer cópia para os Deputados que têm interesse em ter o dossiê deste caso. Quero e tenho certeza que tem que ser um caso, votando ou não, muito bem esclarecido, para não pairar nenhuma dúvida. A dívida desta empresa, os 90 milhões, parece-me que são 45 milhões de dívida, os 90 milhões foi-me dito que é uma espécie de cheque especial de caução que a empresa tem que ter, se não precisar, se não vier o dinheiro do BNDES. E a dívida dos 45 milhões, que é uma dívida para os acionistas, hoje, para a própria ELETROSUL, para a própria SYMI enfim, para os donos da própria empresa.

Então, não existe, na verdade, o problema financeiro na praça. A Santa Rita tinha um problema financeiro que já foi resolvido por conta de um empréstimo e que já fizeram seu parcelamento - acabaram de mostrar a certidão que vai estar anexada no dossiê que vou apresentar aos Srs. Deputados a semana que vem.

O Sr. Neivo Beraldin

Em primeiro lugar, Deputado Stica, folgo em saber que V. Exa. reafirma o compromisso de ontem, e também o compromisso do Governador Roberto Requião em votarmos apenas a autorização para que se faça o consórcio ELETROSUL - COPEL, em Cascavel, Foz do Iguaçu.

Por outro lado, a Artemis tem uma proposta de integralizar dois milhões de reais, mas não integralizou absolutamente nada até agora. Pode haver a intenção. Mas, o fato é que no momento não tem este dinheiro integralizado. E este cheque em branco, também não sei de quem é, porque é muito simples pegar-se um cheque em branco, talvez de um organismo internacional e vir se “encostar” numa empresa pública, realizar um consórcio e depois vir buscar dinheiro público, do BNDES, para realizar a obra, receber uma concessão por 30, renováveis por mais 30, conforme a lei das concessões.

Eu também tenho lá minhas dúvidas se a empresa que ganhou este consórcio seja Santa Rita ou Artemis, e a COPEL não participando junto, do leilão, se há alguma lei federal que possa impedir que agora acabe se realizando este consórcio, que seja uma forma legal.

O SR. NATÁLIO STICA

Só para esclarecer, Deputado.

A COPEL participou desse leilão e perdeu num deságio de 44%, na época. E a Artemis ganhou com um deságio de, parece-me, 49%. Então, ele pode agora integrar-se com uma nova empresa, se ganhar autorização.

O Sr. Neivo Beraldin

Em verdade, o que fizemos ontem foi exatamente defender o interesse público, porque não poderia ter o aval desta Casa, uma negociação que se alongou por muito tempo entre Artemis, ELETROSUL, COPEL, técnicos que viessem aqui sem uma explicação lógica, e que a empresa tivesse a certidão positiva. Realmente, seria estarrecedor se nós, Deputados, tivéssemos dado esta autorização. Então, nós fizemos exatamente aquilo que manda o bom senso. Um pouco de calma, tranquilidade e vamos à frente discutir com mais detalhes e também isto serve como exemplo aos técnicos da COPEL e a estes consórcios, que nós não estamos aqui para dizer “amém” àquilo que eles querem, não! Nós estamos aqui para defender o povo, que está lá, longe do momento político! Para isto fomos eleitos!

Então, cumprimento V. Exa., que fala em nome do Governo e espero que da próxima mensagem e de outras que possam vir a este Poder, os técnicos e os responsáveis venham com argumento sólido de convencer aqueles que podem fazer negócio em nome do Estado.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA

Mais uma vez parablenzo V. Exa. e equipe, pela organização demonstrada nesse caso.

A nova mensagem, se é que ela venha, será discutida com todo o rigor e carinho que ela merece.

Concedo um aparte ao Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer.

Apenas para dizer que, como a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná coloca suas posições, muitas vezes são mal entendidas.

Na verdade aqui é um zelo pelo bem público, como bem disse o Deputado Neivo Beraldin. E é uma lei que esta Casa fez, fruto de uma CPI, e que em todos os momentos teremos que preservar. E essa lei obriga que a COPEL seja sempre majoritária nos investimentos que ela participe.

Fico muito satisfeito que esta mensagem venha, e que venha com a COPEL já majoritária e que venha também com os valores a serem integralizados. Que fique tudo muito transparente e muito claro, porque poderemos ficar surpresos ao ver que essas empresas que entram com uma pequena participação de capital social, mas são elas mesmas que vão construir a obra. Na verdade vão buscar dinheiro no BNDS para pagar a si mesmas e ainda acabam ficando com o negócio no final.

Importante que isso fique muito claro para que possamos aprovar com toda segurança.

Muito obrigado!

O Sr. Elton Carlos Welter

Os dois milhões que o Deputado Neivo Beraldin se referiu estão já integralizados, essa resposta posso afirmar aqui, porque falei com o Diretor da Artemis agora.

Quero dizer ao Líder do Governo que a vontade política externada por V. Exa. dá uma demonstração de transparência deste Governo. Este Poder cumpre o seu papel, que é dar transparência nas dúvidas que surgem dos Deputados de Situação e Oposição.

Então, houve um avanço. Esta Casa cumpre seu papel de fiscalizadora. E todos os consórcios, parcerias do setor público com o privado, terão que ter uma lisura absoluta, porque esta Casa estará sempre atenta.

Muito obrigado!

O Sr. Tadeu Veneri

Quero parabenizar todos os Deputados desta Casa, particularmente o Deputado Neivo Beraldin, por ter levantado uma série de problemas com a mensagem que veio.

Se não houvesse, por parte desta Casa, a iniciativa de fazer a fiscalização que constitucionalmente lhe é devida, teríamos feito a aprovação de uma lei que seria, no mínimo, contestada. Até porque contraria a lei estadual.

A COPEL que tem um departamento jurídico, que é a maior empresa deste Estado, não tem o direito de cometer erros grosseiros como esse que aconteceu! É lamentável que os Deputados desta Casa tenham ficado aqui durante quinze dias num projeto para saber se estava

certo ou errado, quando, na verdade, a COPEL nem deveria ter mandado para esta Casa.

Desta vez esta Casa foi vigilante e não deixou passar. Se, por acaso, um projeto como esse tivesse passado, hoje estaríamos sendo motivo de chacota e também coniventes com uma fraude contra a população paranaense.

Acredito que deveremos ter um cuidado redobrado com todos os projetos que vêm, particularmente os da COPEL, projetos que vêm com a iniciativa de fazer consórcio, porque muitas vezes não sabemos sequer quem são as empresas consorciadas e, depois, acabamos tendo que nos justificar, justificar e justificar!

Acho que o que estamos fazendo hoje é uma correção, mas que não seria necessária - e o senhor ontem apontou nessa direção - se o projeto tivesse correto. Então, espero que não tenhamos mais que nos debater. Quero, depois, inclusive fazer um debate, nesta Casa, a respeito da compra de energia que está sendo feita pela COPEL. É um pedido de informação, para que não tenhamos mais que nos debater desse jeito; a COPEL é suficientemente competente para não cometer erros dessa natureza.

O SR. NATÁLIO STICA

Quero dizer ao Deputado Tadeu Veneri que o Deputado Neivo Beraldin não só está de parabéns, mas muito bem ele representa a Comissão de Fiscalização desta Casa, e é para isso que existe essa comissão muito bem coordenada.

O Sr. Elio Rusch

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Natálio Stica, quero cumprimentá-lo na Sessão de hoje, pela explanação e pelo pronunciamento que faz aqui na Assembléia Legislativa, pela coerência dentro de um entendimento havido no dia de ontem com a Bancada do Governo, com a Bancada de Oposição e com os auditores da COPEL em relação àquele projeto que envolve a COPEL na participação de três consórcios que se pretendia realizar no Estado do Paraná na transmissão da energia elétrica.

Quando o projeto veio para esta Casa, ainda na quarta-feira de manhã, o Presidente, Deputado Hermas Brandão, nos chamou em seu gabinete e pediu que exarássemos o parecer o mais rápido possível, mas depois, quando vimos que a mensagem governamental trazia alguns vícios, não de inconstitucionalidade, mas de ilegalidade em relação à legislação que temos no Estado do Paraná, fruto de uma lei que teve origem na CPI da COPEL, que encerrou seus trabalhos em dezembro do ano passado em que um projeto foi aprovado e o Governador sancionou este ano, que limitava a participação da COPEL nas empresas constituídas no nosso Estado, tivemos que deixar de exarar o parecer.

Nós sempre entendíamos, Deputado Natálio Stica, que as parcerias que a COPEL fazia com as empresas, seja dentro do setor energético mesmo de outras empresas, eram benéficas para o Estado do Paraná, tanto é que o próprio Dr. Paulo Pimentel reconheceu isso ontem, naquela audiência pública que foi promovida pela Comissão de Fiscalização e, diga-se de passagem, com muita inteligência, com muita propriedade pelo Deputado Neivo Beraldin que dirigiu essa reunião e que nós participamos e chegamos nesse entendimento.

Quero parabenizar a V. Exa. ao Deputado Neivo Beraldin e até a diretoria da COPEL que entendeu que existem erros nessa lei e que isso precisa ser corrigido. Assim, acata-se a emenda que a Comissão de Finanças tem feito e apresentado ao projeto (uma emenda substitutiva) e, diga-se de passagem, que isso é fruto de um entendimento havido na quarta-feira da semana passada em uma reunião que aconteceu também na sala da Presidência desta Casa, na qual participaram os Deputados da Base do Governo, Deputados Neivo Beraldin, Tadeu Veneri, a nossa pessoa, Marcos Isfer e o próprio Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, onde excluímos os dois consórcios, deixando apenas o primeiro. Isso foi concretizado no dia de ontem pela manhã, e a Emenda proposta pela nossa Comissão, a Comissão de Finanças, será acatada e mais uma outra Emenda apenas de correção. Então, quero parabenizar a V. Exa. como Líder do Governo por esse entendimento e a nova mensagem deverá vir do Governo.

V. Exa. disse claramente na tribuna, que desde que a mensagem preencha os requisitos da lei vigente a Assembléia Legislativa, sem sombra de dúvida, vai aprová-la. Agora, para aprovarmos essa nova mensagem, eu já entendo que será tema de próxima discussão aqui na Casa, com os técnicos da COPEL, com os integrantes desse Consórcio Artemis, aquilo que deve acontecer.

A Bancada de Oposição não é contra as parcerias da COPEL; queremos, apenas, o cumprimento da lei existente hoje no Estado do Paraná. Nós entendemos que não é possível e nenhum Parlamentar pode admitir que se nós fizemos uma lei que a COPEL só pode participar de consórcio de empresa desde que seja majoritária, como é que vamos aprovar uma empresa ou a participação da COPEL em qualquer consórcio sendo minoritária?

Então é muito mais fácil e V. Exa., como Líder do Governo, poderia convencer o Governador, que mande uma mensagem para a Assembléia Legislativa, revogue esta lei e nós vamos aprovar. Aprovamos a lei, revogamos a lei e depois vamos aprovar todos os consórcios que a COPEL queira participar, majoritária ou minoritária.

Obrigado pelo aparte.

O SR. NATÁLIO STICA

Eu é que agradeço.

Entendo perfeitamente sua posição. Dos meus doze anos de vida parlamentar, dez foram de Oposição. Entendo perfeitamente.

Concedo aparte ao Deputado Ailton Araújo.

O Sr. Ailton Araújo

Agradeço a V. Exa. a concessão do aparte.

Eu me somo ao pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri. Foi evidenciado o problema. Pergunto a V. Exa. como é que fica a situação desses assessores que induziam a erro o Presidente da COPEL? Afinal de contas, a nossa Comissão está aqui para fiscalizar mas nós depositamos créditos naquilo que vem do governo e até a Liderança do Governo conta como líquido e certo e às vezes temos que lançar mão de estratégias aqui para fazer prevalecer a posição da Oposição que está defendendo os interesses do Estado.

Não tem culpa V. Exa., não tem culpa o governador, não tem culpa o Dr. Paulo Pimentel, mas esses assessores que induziram a erro, como é que fica essa situação? Afinal de contas, desrespeitaram o Presidente da COPEL e acima de tudo, desrespeitaram esta Casa!

O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado, Deputado Ailton.

Infelizmente eu não vou poder respondê-lo porque eu só sou Líder do Governo; não sou Presidente da COPEL e infelizmente, não sou Governador do Estado. Eu vou ficar lhe devendo a resposta.

Sr. Presidente, agradeço a benevolência do tempo e espero ter explicado minimamente e reafirmo a disposição dos diretores do consórcio Artemis de, a qualquer momento, sentar junto aos Deputados que assim queiram, para melhores esclarecimentos. Na semana que vem, trarei o dossiê que farei entrega aos Deputados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PTB.

Com a palavra, Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria apenas de falar sobre um fato que está acontecendo em Ponta Grossa e acho de fundamental importância trazer a esta Casa.

Nós estamos sofrendo, lá em Ponta Grossa, com uma intervenção do IAO, o que está vivendo um momento de intervenção em função de irregularidades cometidas nos últimos oito anos do Governo de Jaime Lerner.

Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, muitas acusações e assim por diante, e agora, uma interventora nomeada pelo Governo do Estado, está assumindo o comando do IAP, escritório regional de Ponta Grossa e ela veio e está mostrando serviço, Sr.

Presidente. Está multando todo mundo, multou a Prefeitura de Ponta Grossa, multou a ALL, a empresa que comanda as linhas de trem. Apareceu na frente, ela está multando! E eu, hoje pela manhã, no meu programa de rádio, fiz-lhe um desafio: queria ver a nova chefe do Instituto Ambiental do Paraná dar uma multa à SANEPAR, que é a maior poluidora dos rios de Ponta Grossa. Nós temos lá cerca de 40% de tratamento de esgoto que é jogado nos rios de Ponta Grossa e eu gostaria de trazer a esta Casa hoje exatamente essa discussão porque acho que se é para multar todo mundo, a prefeitura, os comerciantes na rodoviária, que levaram dez mil de multa, porque tinha um pequeno esgoto, eu acho que a Chefe do IAP deveria também multar a SANEPAR.

Espero que ele faça isso, senão vai estar perdendo a moral como governante, membro do Governo e agente fiscalizador da nossa natureza.

É uma vergonha o que a SANEPAR faz em Ponta Grossa. Arrecada uma verdadeira fortuna todos os meses, não dando o verdadeiro retorno à cidade como deveria e ainda polui o meio ambiente! Faço esse desafio: que a nova chefe do IAP, a “interventora” de Ponta Grossa tenha a coragem de multar a SANEPAR, a maior poluidora do meio ambiente da região.

Em Ponta Grossa, o Projeto-Povo ainda não está funcionando. O Governo do Estado instalou o projeto lá, Deputado Bradock mas não colocou nenhum policial, pegou os mesmos vinte policiais e deu-lhes um treinamento.

Tiraram policiais de Ponta Grossa para o Projeto-Povo nesses dois lugares e não mandou nenhum tipo, nenhum novo policial militar, para fazer o Projeto-Povo.

Como o Governador Requião critica o Lula, quando acha que deve e como hoje estou apoiando o Governo Requião também vou criticar aquilo que acho. Fica aqui o pedido para que esse Secretário da Segurança do Paraná, que aliás não gosta de nós Deputados; só gosta quando vai à região do Deputado receber um carinho, aí ele conhece o cara! Esse Secretário da Segurança do Paraná, que não conhece nada, o Requião precisa rever. Um bom Governador tem que ter um bom secretário, que converse, atenda e tenha o devido respeito.

Quando tem bronca, aqui, na Assembléia, sempre a Situação tem que estar saindo em seu apoio, quando ele precisa dos Deputados, sabe pedir. Quando o Deputado precisa pedir alguma coisa para ele, ele não sabe respeitar! O governador deveria repensar a questão da segurança. O Governo Requião tem coisas boas, mas esse Secretário da Segurança, acho que deveria voltar para o Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PPRESIDENTE (Hermas Brandão)

PP. PFL. PSDB. PT. PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Uso a tribuna nesta tarde para registrar que estou recebendo a prestação de contas de uma das instituições mais caras do ponto de vista de reconhecimento, trabalho e produção do nosso Estado, do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

O IAPAR encaminha para esta casa uma pasta, que todos os Srs. Deputados devem ter recebido, onde apresenta o resultado da pesquisa do ano de 2004, onde novas variedades foram lançadas para a nossa agricultura: semente de algodão IPR 120; semente de arroz OPR 117; semente de trigo IPR 118; semente de triticale IPR 111; semente de café IPR 98; semente de feijão IPR Colibri; semente de feijão IPR SARACURA; semente de feijão IPR Chopin e também tem aqui a semente de milho branco IPR 119.

Só na questão do café, se usado o IAPAR 98 em 10% do plantel dos cafeeiros atualmente em produção no Paraná, nós estaríamos oferecendo uma economia, através da pesquisa, da tecnologia, através das novas variedades, da ordem de sete milhões, trezentos e oitenta mil reais só na não aplicação de defensivos. Por quê?

Porque isso já vem na própria semente do IPR 098 contra a ferrugem. Além do que, essas nove variedades incrementarão a produção do nosso Estado em aproximadamente trinta e sete milhões, no primeiro ano.

Por isso, estamos às vésperas de votar uma das leis mais importantes do Parlamento, que é o Orçamento, e nós precisamos ter atenção e cuidado muito especial em relação ao Orçamento, no que se trata especialmente das Universidades e dos nossos Institutos de Pesquisa, porque eles representam a soma de recursos para a nossa economia, representam um ganho de qualidade na questão ambiental, porque vamos deixar de estar colocando na natureza produtos tóxicos e agrotóxicos para, através de novas variedades pesquisadas, levar a efeito uma agricultura sadia e saudável.

Mas quero, antes de encerrar, Sr. Presidente, dizer que para a pesquisa chegar com nove variedades colocadas no mercado, isso vai de oito a quinze anos para desenvolver e para que você possa trazer ao mercado produto com a qualidade, com o reconhecimento técnico que tem o IAPAR.

Então, aqui os nossos reconhecimentos, nossos parabéns ao IAPAR e que ele possa continuar a executar esse trabalho e, com certeza, haverá sempre o apoio desta Casa e do Governo Roberto Requião para que os nossos técnicos busquem alternativas positivas para a nossa agricultura.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, queremos registrar com muita alegria, em meu nome e em nome da Deputada Cida e do

Deputado Fernando Ribas Carli, a presença do Presidente do PP de Curitiba, o Sr. Klaus, que nos dá o prazer e o privilégio de assistir a Sessão, bem como do vereador mais votado em Curitiba, o Vereador Ney Leprevost, que também se faz presente nesta Sessão de hoje.

Muito obrigado pela presenças e sejam bem-vindos sempre!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As nossas boas-vindas e a satisfação em recebê-los no Parlamento hoje, o Presidente do PP em Curitiba, Sr. Klaus, e nosso amigo particular, Vereador Ney Leprevost.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 194/2004, subscrito pelo Chefe da Casa Civil, constante do expediente, comunicando que o Vice-Governador Orlando Pessuti estará ausente do País nos dias 8 a 19 do corrente mês, período em que, na Itália, tratará de assuntos de interesse do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei Complementar de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1849, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 11 de novembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que disciplina regras para publicidade obrigatória de todos os atos públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 712/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Todos os atos dos poderes públicos do Estado do Paraná, deverão atender ao princípio da publicidade, respeitando de forma transparente e clara para qualquer consulente, a origem, sua destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos, ressalvados os documentos gravados com sigilo previstos em lei.

Art. 2º - Os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais atos privados previstos em lei, serão obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado, devendo também figurarem, simultaneamente, no site oficial do Estado do Paraná na internet.

Parágrafo Único - A obrigação dos Poderes do Estado de publicarem seus atos no Diário Oficial não exclui a obrigação de cada Poder Público manter seus periódicos e sites de divulgação, em caráter suplementar.

Art. 3º - Caberá ao órgão oficial da Imprensa do Estado, o gerenciamento das divulgações oficiais, em cumprimento da regra geral imposta por esta lei, competindo ainda:

I - editar, imprimir e distribuir os diários oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada;

II - manter oficinas e bureau gráfico próprios, para execução dos serviços gráficos necessários aos órgãos e entidades da administração pública estadual;

III - executar e fornecer, exclusivamente aos órgãos e entidades públicas estaduais, federais e municipais, os trabalhos gráficos que necessitam, percebendo pelos serviços prestados o devido pagamento;

IV - executar serviços gráficos de terceiros exclusivamente no que se refiram à publicação de editais, avisos, balanços e matérias de obrigação legal;

V - manter sob sua permanente guarda e conservação, em atribuição conjunta com o Departamento Estadual de Arquivo Público, as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ele veiculados, documentos e legado documental na Junta Comercial do Paraná, das Secretarias de Governo, das empresas e autarquias públicas estaduais, assegurando o acesso a qualquer interessado, pelos meios tecnológicos mais apropriados;

VI - manter serviços de certificação digital e mecânico, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda;

VII - certificar por meio digital e mecânico a pedido de qualquer interessado os documentos objeto de suas publicações e/ou guarda, percebendo pelos serviços prestados o devido pagamento;

VIII - prestar serviço de certificação digital para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais entidades de interesse público;

IX - promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documen-

tos públicos e privados, garantindo o seu acesso mediante a utilização das mais avançadas tecnologias;

X - editar e imprimir outras publicações de interesse público, tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, coleções de leis e decretos, e demais impressos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estado e Municípios, e demais entidades de interesse público;

XI - a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, ao Estado;

XII - a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados;

XIII - desempenhar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

§ 1º - Na hipótese do inciso I, compreender-se-á a matéria de interesse de particulares, de divulgação obrigatória nos jornais oficiais”.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 184/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica (Município de Lupionópolis). **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 319/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2004, que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$575.186,00 (quinhentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e seis reais), ao vigente orçamento do Fundo Penitenciário - FUPEN. **Aprovado. (Publ. no DA nº 095/2004, de 03/10/2004, em 1ª Discussão).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 325/2004, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão, ao patrimônio do Município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nºs 12, 13, parte dos números 11, 17, 18 e parte do nº 16 da quadra 281, localizados no loteamento “O Espigão”. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2004, de 30/08/2004).**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF,**

SP E CDH. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.
Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 7539, de 07 de dezembro de 1981, que declarou de Utilidade Pública o Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública o Grupo Voz Pela Vida, com sede e foro na Cidade de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Abibe Isfer, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Gerações e Talentos, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Fundação Quadrangular Família Feliz, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Independente de Toledo - ACITOL, com sede e foro na Cidade de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2004, que autoriza o Poder Executivo construir, por intermédio da COPEL ou subsidiária desta, sociedade com a ELETROSUL. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 382/2004

A presente emenda modificativa tem por objetivo alterar a redação dos parágrafos 4º e 6º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 382/2004, oriundo da Mensagem Governamental nº 028/2004, conforme redação a seguir:

Art. 1º -

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º -

§ 4º - “A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, ou subsidiária integral desta, participará com 80% (oitenta e um por cento) do capital social volante.”

§ 5º - Fica a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, autorizada a alocar à sociedade, na forma da lei, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social desta, mediante ressarcimento das despesas realizadas para esse fim.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e 01 ilegível.

Como existe uma Emenda de plenário e como existe um Requerimento nº 1827, de autoria dos Deputados Chico Noroeste, Nelson Justus, Pedro Ivo Ilkiv e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 10/11/2004, em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 382/2004. **Aprovado.**

Designo o Deputado Bradock para relatar a Emenda de Plenário.

O SR. DELEGADO BRADOCK

(Lê):

“EMENDA DE PLENÁRIO APRESENTADA AO
PROJETO DE LEI Nº 382/2004

P A R E C E R :

Trata-se de Emenda modificativa apresentada ao Projeto de Lei nº 382/2004, que tem por objetivo alterar a redação dos parágrafos 4º e 6º do artigo 1º da Mensagem Governamental 028/2004.

O parágrafo 4º determina, explicitamente, que a COPEL ou subsidiária integral desta, participe com 80% (oitenta por cento) do capital votante do Consórcio Gralha Azul.

Já o parágrafo 6º autoriza a COPEL a alocar ao mencionado Consórcio, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social, mediante o ressarcimento das despesas realizadas para esse fim.

Dessa forma, tendo sido atendidas todas as exigências legais, em especial a Lei nº 14.286/2004, somos de parecer favorável à presente emenda.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK”

Era essa a emenda e o relatório, Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado** o parecer.

Deputado Bradock, em relação à Emenda de plenário, está em 2ª discussão o projeto, ressaltadas as emendas.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Essa emenda da Oposição, consentida também pelo Líder do Governo e pelos Deputados da Base de Apoio, visa deixar muito claro que a Oposição e a Assembléia Legislativa, enfim, concordam com a parceria estabelecida entre a COPEL e a ELETROSUL para o Consórcio Gralha Azul. Havia uma dúvida com relação à exposição de motivos, encaminhada pelo Governador, e com relação ao texto da Mensagem, porque na exposição de motivos o Governo falava em 80%; na mensagem em no mínimo, 51%. Foi acordado com a Liderança do Governo na reunião da manhã de ontem, que ficaria conforme a intenção do próprio Governador, de que 80% pertenceriam à COPEL e 20% à ELETROSUL, no Consórcio Gralha Azul.

O caso do Consórcio Artemis todos fomos pegos de surpresa, porque da maneira que o Governo enviou a mensagem, dava a entender que no Consórcio Artemis também havia a participação da COPEL quando do leilão da ANEEL e a surpresa de todos nós, após a discussão, o debate, foi tomarmos o conhecimento daquilo que a Oposição já desconfiava, que no Consórcio Artemis sequer a COPEL era parceira na sua composição, a COPEL sequer havia participado do leilão da ANEEL como parceira nesse consórcio.

Muito pelo contrário, as únicas empresas que haviam participado dessa licitação pública eram efetivamente a ELETROSUL, a Santa Rita e aquela empresa espanhola. E, para surpresa de todos nós, a COPEL via a mensagem que vinha à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pretendia, sem dizer isto à Assembléia Legislativa, ou um cheque em branco, Deputado Elio Rusch, para posteriormente comprar trinta e poucos por cento da participação acionária do Consórcio Artemis, ignorando e desrespeitando a lei estabelecida pela Assembléia Legislativa, e não nos dizendo isso expressamente! Causou espanto a todos, ao Líder do Governo, aos Deputados que estavam presentes, e confesso aqui, me parece que causou espanto até ao Dr. Paulo Pimentel também, porque

ele imaginava que no Consórcio Artemis já havia a participação da COPEL, inclusive do leilão da ANEEL!

Então, tentaram por um prazo improrrogável do dia 16, do Consórcio Gralha Azul, enfiar goela abaixo da Assembléia Legislativa um cheque em branco, sem que o Governador, acredite, e sem que a Assembléia soubesse que nós apenas estávamos dando uma autorização para que amanhã ou depois a COPEL comprasse os 30 e poucos por cento desse Consórcio Artemis.

Como muito bem colocou aqui o Deputado Neivo, um consórcio constituído com capital social de mil reais, com apontamentos no cartório de protestos positivos, com dívidas já somadas na ordem de 90 milhões de reais. Certamente para alguns seria um “negócio da China”, mas a Oposição, mesmo reconhecendo efetivamente o espírito público de grandeza do Dr. Paulo Pimentel, o desprendimento da maioria que detém aqui o Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, não podemos simplesmente passar uma borracha nisso, Deputado Elio Rusch.

Nós temos que primeiro saber por que a ANEEL concede uma concessão para a transmissão de uma linha de energia elétrica de mais de 500 kW para uma empresa que tem capital social de apenas mil reais - como é que a ANEEL faz isto? Não obstante a ELETROSUL ser parceira nesse consórcio, temos que saber quem estava motivado na COPEL a submeter uma mensagem sem dizer à Assembléia Legislativa e ao Governador, que, ao invés de simplesmente regularizar uma parceria num consórcio que a COPEL já era parceira - porque em tese já havia participado do leilão da ANEEL -, subtraíram isso da informação para tentar fazer, ou possivelmente, Deputado Natálio Stica, o negócio da China, comprando 30 e poucos por cento do Consórcio Artemis.

Então, temos que pegar toda esta documentação, temos que saber quem é que redigiu na COPEL esta proposta de mensagem à Assembléia Legislativa. Temos que saber quais são os técnicos, qual era o Diretor que submeteu isso à Casa Civil e à apreciação do Governador. Temos que saber por que é que o Consórcio Artemis tinha um capital social de apenas mil reais, uma dívida de quase 90 milhões de reais e porque é que queriam um cheque em branco, da Assembléia Legislativa para comprar esse negócio que parece realmente um “negócio da China”.

Então, vamos aqui, Sr. Presidente, aprovar, como foi comprometido com a Liderança do Governo ressaltando e realçando efetivamente o espírito público da Base do Governo e do Governador Roberto Requião, que percebendo o erro a que foram induzidos, mandaram, imediatamente, repará-lo.

Mas isso não pode ficar em branco! A COPEL que foi alvo de tantas denúncias por parte deste Governo, agora não podemos passar a borracha e esquecer que essa irregularidade poderia ser chancelada com uma lei autorizada pela Assembléia Legislativa.

Então, eu quero, Deputado Natálio Stica, a Oposição quer todas as informações sobre este Consórcio

Artemis, quais foram os técnicos da COPEL que elaboraram esta minuta de projeto de lei, quais foram os diretores da COPEL que transacionaram com o consórcio Artemis. E nós queremos ver o Governador Roberto Requião, homem digno e probo que é, tomar as medidas, não só criminais, porque nós mesmos vamos encaminhar todos estes dados à Procuradoria da República para que ela investigue como é que a ANEEL dá uma concessão com um capital social de apenas mil reais? E qual é o milagre de algum ou de alguns diretores da COPEL tentar enganar ou induzir a Assembléia Legislativa em erro, tentando fazer com que se aprovasse uma verdadeira irregularidade?

Então, queremos, Sr. Presidente, todas as informações e queremos que o Governador tome as providências que, no mínimo são da alçada do Governo, exonerando os diretores que tentaram enganar a sociedade paranaense, tentaram induzir o Governador em erro e tentaram induzir a Liderança do Governo em erro na Assembléia Legislativa. O que se pretendia era, nesse Governo, fazer uma verdadeira maracutaia!

Por fim, a nossa emenda, além de estabelecer os 80% estabelece também como os funcionários da Gralha Azul e a diretoria do Consórcio Gralha Azul será composta por diretores indicados pela COPEL justo é que essa empresa, que terá caráter de direito privado - vai auferir lucro - não obstante o controle acionário por parte da COPEL, é que os servidores da COPEL cedidos ou emprestados para o Consórcio Gralha Azul, esse consórcio seja obrigado a ressarcir os cofres públicos, ou seja, seja obrigado a ressarcir a COPEL de todas as despesas efetuadas com seus servidores que por ventura venham prestar serviços junto a essa empresa privada chamada agora Consórcio Gralha Azul.

Fica aqui nosso registro, nosso veemente protesto contra esta maracutaia que, infelizmente dentro da COPEL quis impor à Assembléia Legislativa e todas as informações....

O Sr. Tadeu Veneri

Deputado Durval Amaral, concede-me um aparte? **(Assentimento)**

Apenas gostaria de consultar se o senhor tem a data inicial do Consórcio Artemis? Estou pedindo isso porque estou encaminhando à Mesa um pedido de informação, justamente porque há - na sequência vamos discutir - uma compra de energia feita com a Dona Francisca em 6 de outubro de 2003, na ordem de 360 milhões de reais. Então eu acho que alguma coisa está acontecendo, por isso pergunto a data porque é muita coincidência.

O SR. DURVAL AMARAL

Me parece-me, pelas informações prestadas ontem pela manhã que é de setembro de 2003, no caso do Consórcio Artemis, mas essas dúvidas temos que investigar em profundidade.

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Durval, a empresa foi constituída em 2 de setembro de 2003. Até ontem ela possuía mil reais, segundo informação da Junta Comercial de Santa Catarina, que nos mandou um fax, portanto é um documento oficial que está à disposição de todos.

O SR. DURVAL AMARAL

Então, Sr. Presidente, para concluir, parabeno ao Deputado Natálio Stica, enfim, a todos os Deputados da Assembléia Legislativa que entenderam a grandeza desta votação, e por mais que houvesse pressa na votação, tiveram o bom senso e o equilíbrio de ouvir a voz da minoria. E, graças a essa possibilidade de discutir, evitamos que um mal muito grande pudesse acontecer à COPEL e por que não dizer, ao próprio Governo do Estado.

Cumprimentar ao Deputado Natálio Stica, ao Deputado Neivo Beraldin, enfim a todos os Parlamentares que participaram desta discussão, e pedir que o Líder do Governo providencie todas as informações necessárias para que possamos submeter esse caso à Procuradoria da República, porque entendemos que havia um risco de grande prejuízo à sociedade paranaense. Essas pessoas têm que ser responsabilizadas.

O Governador Roberto Requião, espero e todos nós temos certeza disso, traga à luz o nome dos diretores envolvidos com essa tentativa de perpetuar um erro fatal que comprometia inclusive e sua imagem e demita esses Diretores. Porque eles não são dignos da confiança do Governador e nem tampouco, da sociedade paranaense.

O Sr. Ademar Traiano

Acompanho o seu pronunciamento, as considerações feitas com relação a esse assunto tão palpitante no Estado do Paraná. Acho que é oportuno fazermos aqui o registro da importância de se fazer Oposição com responsabilidade e consciência no Estado do Paraná. Não a oposição por oposição do ataque leviano e barato. Uma Oposição que sabe com grandeza defender os interesses do Estado do Paraná. E uma pequena minoria de Parlamentares nesta Casa, que hoje se opõem ao Governo do Estado do Paraná de uma forma responsável e conseqüem, a partir dessa decisão, desse recuo do Governo do Estado em manter aqui nesta Casa projetos dessa envergadura e que comprometiam a estrutura financeira do Estado.

Uma pequena minoria faz com que o Estado do Paraná seja preservado em sua integridade econômica e nos interesses do Estado, fazendo com que o Estado do Paraná não seja lesado mais uma vez por pessoas inconseqüentes e irresponsáveis e talvez até assuntos e fatos como este não sejam de conhecimento do próprio Governador Requião; nós o conhecemos pelo seu estilo, pelo seu discurso forte, pela forma com que vende aos paranaenses, um homem de uma lisura realmente incontestável.

Quero parabenizá-lo e dizer, aqui, que os Deputados de Oposição ao Governo Requião, com certeza devem ser exaltados neste momento que conseguem levantar um assunto que coloca o Estado do Paraná na vanguarda dos interesses econômicos. tenho certeza absoluta de que V. Exa., o Deputado Elio e mais alguns Parlamentares, serão realmente enobrecidos por todos os paranaenses, pela defesa intransigente do Estado, da defesa econômica do Estado.

Estavam lesando o Estado do Paraná mais uma vez de uma forma irresponsável, inconseqüente e comportamento a estrutura de nossa empresa paranaense, COPEL.

Lembro, Deputado Durval, na CPI da COPEL, quantos discursos exaltados aconteceram lá, quando se colocava a situação da empresa do nosso ex-Deputado Estadual Donato Gulin, que começava com um valor irrisório no seu contrato e cresceu de uma forma exorbitante, e agora, parece-me que o discurso e o tiro saíram pela culatra, porque uma empresa de um capital inicial irrisório consegue firmar um contrato com a COPEL, realmente comprometedor, espantoso, uma coisa vergonhosa, e a Oposição conseguiu estancar em defesa dos paranaenses.

Parabéns, Deputado Durval Amaral e a todos aqueles Parlamentares da Oposição que lá estiveram se colocando nesta defesa intransigente dos interesses do Estado.

Quero cumprimentar também o Presidente da COPEL, que teve a grandeza de compreender a ação dos Deputados e diz aqui com muita propriedade o Deputado Elio e a presença do Deputado Stica que também se colocou contrário ao prosseguimento desse feito e quero render as minhas homenagens ao Presidente da COPEL, por saber se render no momento exato àquilo que realmente estava acontecendo de errado e que iria lesar os interesses da COPEL e o patrimônio do Estado.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do Deputado Traiano e concedo o aparte ao Deputado Stica.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto para concluir, porque seu tempo está esgotado.

O Sr. Natálio Stica

Um minuto. Muito rapidamente, só para reafirmar o nosso compromisso e dizer que continuo a entender o papel fundamental em especial, dos Deputados da Oposição por levantar as dúvidas, porém, não dá para escutar calado o discurso do Deputado Traiano, a quem tenho consideração e que, infelizmente, chegou depois que eu tinha feito os esclarecimentos, lá da tribuna, junto com os Diretores que aqui vieram e me trouxeram documentos, e nós vamos voltar a esse assunto nos próximos dias, se vier nova Mensagem do governo.

Não dá para afirmar aqui que ia ter um roubo ou que ia ter um patrimônio lesado da COPEL, por conta. Não dá! Dá para dizer o seguinte: foi a tempo muito bem colocado pelos Deputados da Oposição que seguraram uma dúvida que existiu, e que existe e que estão sanando.

Se isso acontecer, vamos votar, mas não posso escutar aqui: “olhem, foi segurado um roubo que ia acontecer...”. Não dá para entender isso e não podemos aceitar.

Reafirmo mais uma vez, parabéns pelo papel coerente dos Deputados da Oposição que levantaram, sim, as dúvidas que apareceram e graças a isso, estamos num acordo, votando já a consórcio no dia de hoje.

O SR. DURVAL AMARAL

Reitero e agradeço o aparte do Deputado Stica e digo sempre que nós da Oposição não queremos nunca fazer oposição pelo gosto da oposição. Acho que a maioria - e faço questão de ressaltar mesmo - a maioria, liderada por V. Exa. teria condições de impor no voto e fazer valer a maioria, se teve neste momento o equilíbrio e o bom senso do Líder do Governo de querer discutir a matéria.

Para nós, da Oposição, o fato de termos levantado a questão ou se tivesse sido levantado por qualquer outro Parlamentar, nesse momento é de menos importância. O importante é que evitamos um erro que, certamente, se viesse a acontecer, poderia manchar a história política do Governador e sobretudo da COPEL.

Obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade o Parlamento mais uma vez dá demonstrações a toda sociedade civil organizada do nosso Estado que está atenta e presente e que está cumprindo a sua função, a função que lhe foi delegada pelo povo paranaense, quando se discute um assunto de vital importância para o futuro do nosso Estado e não aqui querer somente jogar flores nos Deputados da Oposição, acho que na Casa como um todo, Deputado Natálio Stica, pelas conversações e pelo acordo que foi firmado no sentido de que nós não votássemos o projeto tal qual chegou a esta Casa.

Tenho certeza absoluta que o Governador Requião, embora sejamos adversários políticos, conheço a sua conduta, a sua índole, a sua formação, conheço os seus laços, conheço a sua origem e tenho certeza que ele não iria fazer com que o seu nome ficasse vinculado a um acontecimento como esse.

Quero parabenizar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como um todo, parabenizar o Governo que soube, no momento certo, dar o passo para trás. Vamos aguardar, vamos discutir, vamos avaliar.

Quero aqui nesse encaminhamento Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Neivo Beraldin, ilustre

Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, levantar uma outra questão que é deveras importantíssima.

Todos nós sabemos o que representa a energia para o nosso País e para o nosso Estado. O Paraná que tem um potencial elétrico fantástico, que exporta a sua energia, que perde anualmente mais de 400 milhões de dólares, no ICM da energia gerada por Itaipu, que é exportadora para outros Estados, com mais intensidade para o Estado de São Paulo. Sem energia, não se consegue avançar.

O que me causa espécie, Deputado Ademar Traiano, Deputado Cartário, Deputado Tureck é que a ANEEL, a Agência Reguladora de Energia de nosso País, coloca em edital a construção de uma linha de transmissão de vital importância para o nosso Estado. O que acontece? Quem ganha a licitação é um consórcio, uma empresa que tem um capital de mil reais.

Deputada Elza Correia, o que me causa espécie é o seguinte: Onde estava a COPEL naquela momento, Deputado Stica? Como é que a COPEL pôde perder?

Isso me causa estranheza, uma empresa como a COPEL, que nós sabemos que é uma empresa de uma qualidade exemplar, quer crer, será a melhor, que disputa o primeiro lugar com as Centrais Elétricas de Minas Gerais. Aqui esteve o seu diretor, o Sr. Gilberto Griebler, quando nós levantamos a questão da ELEJOR, e nós questionávamos o porque de a COPEL não ter contratado uma empresa para fazer a avaliação do consórcio ELEJOR!

Daquela tribuna, o Diretor da COPEL, Dr. Gilberto S. Griebler afirmou - tenho certeza que as notas taquigráficas reproduzem o que ele disse: "A COPEL é uma empresa de alta capacidade, com um corpo técnico da melhor qualidade; não tem necessidade de contratar empresa de consultoria para fazer avaliações no ramo elétrico, porque a COPEL fornece, vende consultoria. A COPEL tem todas as condições de fazer avaliação desse negócio."

Disse isso o Diretor Gilberto Griebler. Eu pergunto: Como que a COPEL perde uma concorrência para uma empresa que ninguém sabe quem é? Como existe?

Sr. Presidente, existe alguma coisa aí.

Quero solicitar a esta Casa, ao Governador Roberto Requião, ao Líder do Governo, ao Presidente do PT no Paraná, o ilustre Deputado André Vargas, para irmos até a ANEEL, verificar o que está acontecendo com ela! Numa concorrência que participa a COPEL, uma empresa que é modelo, Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa, e pede para uma empresa que tem mil reais! Nós temos que saber o que está acontecendo com a ANEEL, também!

Creio que esta Casa poderá dar um grande exemplo ao Brasil, ao questionar as agências reguladoras, e mesmo ao Presidente Lula, Deputado Hermes Fonseca. O senhor um grande militante do Partido dos Trabalhadores, o senhor um homem versado em Ciências

Econômicas, um professor universitário, tenho certeza que dará embasamento a esta solicitação da Casa. Vamos ao Presidente Lula, que tem questionado a validade das agências reguladoras, que elas não estão cumprindo o seu papel, ou que a agência reguladora determina o aumento da energia ou do petróleo; o Presidente não fica sabendo. Se ele não fica sabendo que vão aumentar o petróleo, certamente nunca soube que uma empresa com capital de mil reais ganhou uma concessão de linhas de transmissão do Paraná que vai custar 200 milhões de reais! Agora a COPEL é nossa, diz aqui o Deputado Traiano, e por ser nossa que essa Casa se somou para que não acontecesse este negócio.

Usando um termo corriqueiro quero dizer que deve ter alguma coisa no meio dessa farofa. Não digo que esteja acontecendo aqui; acho que vem acontecendo de Brasília.

Não se pode, nós sabemos que trabalhamos no meio político, que acompanhamos a administração pública, sabemos do rigor da lei, sabemos das exigências. Deputada Elza como é que a ANEEL pode entregar uma obra que vai custar mais de duzentos milhões de reais para uma empresa que tem capital de mil reais? É injustificável! Não sou versado em direito, não sou especialista nessa área. Agora, quero dizer que um negócio desse tinha que ser nulo, porque se uma empresa tem capital de mil reais, é lógico, claro, evidente que não terá condições de alavancar recursos para construir uma obra de mais de duzentos milhões de reais.

Então nós podemos dar um grande exemplo ao País. Vamos questionar a ANEEL, porque tenho certeza que isto já está resolvido, já houve a determinação do Governador Roberto Requião, já houve o entendimento desta Casa; vamos discutir mais a fundo esse projeto quando retornar, não podemos deixar a coisa acontecer assim! Tenho certeza que o Deputado André Vargas concorda com isso.

O que são mil reais para uma obra que vai custar mais de duzentos milhões de reais?

Então quero, aqui no encaminhamento, sabendo que vamos votar apenas parte do projeto, vamos votar favoravelmente, mas queremos continuar esclarecendo à população brasileira, está aí o Ministério Público, mostrando o seu trabalho. E nós estamos mostrando o nosso trabalho nesta Casa. Olha, fico um pouco triste, porque quando o meio político, quando a Assembléia Legislativa levanta uma questão como essa, tenha a repercussão como tem coisas que o Ministério Público faz.

Infelizmente isso acontece, mas talvez, se nós formos em frente e formos até Brasília levar essa questão, talvez possamos mostrar aos brasileiros que o Poder Legislativo está atento, está atuando, está trabalhando em defesa dos direitos do povo brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. PPRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Finanças. Ressalvada emenda de Plenário. Os Srs. Deputados que aprovam.

Aprovado.

Em votação Emenda de Plenário.

Aprovada.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 733/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a remuneração dos Cargos de Provimento em Comissão de Secretários de Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.(Publ. no DA nº 108/2003, de 09.12.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 733/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei acima, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, dispõe sobre a remuneração dos Cargos de Provimento em Comissão de Secretário de Estado.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do autor da proposta, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Ademais, esclarecemos que sob o ponto de vista financeiro, a remuneração total do Secretário de Estado será de R\$ 11.925,44, sendo que esse valor trará um impacto aproximado da ordem de R\$ 322 mil ao mês, uma vez considerado o quantitativo de Secretário hoje existente, ou seja 27. Salienta-se ainda que nos oito meses do exercício de 2004, o impacto financeiro consistirá em R\$ 1.289.137,60 correspondente a 0,01% do limite estabelecendo para as despesas com pessoal.

Chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ
AO PROJETO DE LEI Nº 733/2003

Art. 1º - A remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretário de Estado será composta de vencimento único no valor R\$ 11.925,44.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÕES DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 733/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 733/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, dispõe sobre a remuneração dos Cargos de Provimento em Comissão de Secretários de Estado.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação. No que compete a esta Comissão se manifestar, ao analisar o projeto de lei em epígrafe, a própria justificativa esclarece e visa atender os preceitos estabelecidos da Emenda Constitucional nº 19/98, que alterou o parágrafo 2º do artigo 28 da Constituição Federal.

Sendo assim, o objetivo da matéria é fazer com que a medida proposta beneficie, não só diretamente aos Secretários de Estado, mas também a todos os servidores públicos do Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1846, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente, solicitando o seu arquivamento. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Nós votamos aquela Emenda, mas acho que não votamos o Substitutivo dos Projetos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Foi votado inicialmente o Substitutivo, Deputado.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha a votação contrária ao requerimento de arquivamento da votação. Pedimos o voto “não” ao arquivamento, para que possamos discutir a matéria.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Para Encaminhar)

Para dois esclarecimentos, Sr. Presidente.

O primeiro: é verdade que a solicitação para colocar em pauta não partiu do autor, e sim, do Chefe da Casa Civil?

Segundo: caberia um pedido de retirada de pauta, conforme eu tinha feito nas últimas Sessões?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo ao segundo questionamento de V. Exa., é uma Questão de Ordem, inclusive. O primeiro, posso informar. Fazer a pauta e se incluir na pauta da Ordem do Dia, é uma das obrigações do Presidente, mas, recebi o Chefe da Casa Civil na última segunda-feira, que esteve aqui no Plenário, conversando comigo e me fez uma solicitação, a de se eu poderia incluir, novamente, na Ordem do Dia, este projeto.

Eu não quis colocá-lo antes das eleições, até para não criar uma polêmica maior, naquele momento. Falei que colocaria no dia de hoje. Ontem, ainda participei ao Deputado Stica, que é Líder do Governo, de que colocaria no dia de hoje. Uma gentileza minha.

Então, foi isto o que aconteceu.

Quanto à retirada, já foi retirado anteriormente. Então, não pode ser mais retirado, de acordo com o Regimento. Ele pode, sim, se V. Exa. apresentar um requerimento de arquivamento, e se aprovado o requerimento, ele automaticamente será arquivado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, acho que não cabe ao Deputado André Vargas requerer o arquivamento de um projeto que não lhe pertence. Este projeto pertence a mim! Foi aprovado pela Comissão de Justiça e está em votação! Já foi apresentado várias vezes!

É questão de educação. Na minha vida de 30 anos de mandato, jamais pedi para arquivar um projeto de um colega, sem consultá-lo, porque acho que é falta de educação.

Desculpe-me, Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Para Encaminhar)

Sobre educação, Deputado Anibelli, é uma questão de valores. O senhor, como uma pessoa fina e educada, naturalmente saberá avaliar a educação dos seus Pares.

Propus estas duas questões, Sr. Presidente, exatamente porque antes consultei o Deputado Anibelli - parece que se esqueceu - se ele havia solicitado a inclusão do seu projeto na pauta, porque entendia, assim como entendemos, alguns Deputados do PT, ficamos sabendo, - aqueles que tiveram compromisso pela manhã, não podendo consultar a pauta logo pela manhã - no almoço, da inclusão na pauta deste projeto, que já é polêmico, não só na Assembléia, na sociedade, como dentro da própria Bancada do PT.

Portanto, fiz anteriormente uma consulta Sr. Presidente, pessoal, se eu poderia pedir a retirada de pauta por 10 Sessões, como já fiz no episódio passado, quando foi colocado em pauta, entre o primeiro e o segundo turno. E fui, aqui, tratado como se estivesse fazendo a retirada de pauta por uma questão eleitoral. E eu fiz e apus argumentos dizendo que não se tratava de uma questão eleitoral, e sim, tratava-se de uma questão de compreensão acerca de um tema que eu entendo deva ser tratado no seu conjunto e não apenas no aumento ou na redução de salários dos Secretários.

Vou expor aqui meus argumentos, mas, antes, quero lembrar, à época o Líder do Governo dizia que ele não era e nem a base eram covardes. Tinha coragem de votar, mesmo em época eleitoral! E não se trata de julgamento de valor de maior ou menor coragem. Trata-se da concepção que cada um tem de seu mandato, da sua atuação como Parlamentar e da expectativa que os setores da sociedade têm quando elegem os Deputados.

Deputados que vale elogiar. Deputados que têm tido uma compreensão acima da média com o Governo. Deputados que viram acordo serem firmados na questão do orçamento da saúde, e foi vetado pelo Governador. Deputados que viram emendas apresentadas num valor teto, limite de 500 mil reais, cujo Líder do Governo garantia, e que não viram nada acontecer.

Esta é uma Assembléia Legislativa companheira e que tem sido compreensiva neste um ano, dez meses e alguns dias com o Governo do Estado do Paraná. Parece-me que a discussão da matéria não tem a ver se é Governo ou não é Governo. Qual é a compreensão que este Deputado tem em relação ao projeto?

Primeiro, temos milhares de cargos de confiança, cargos em comissão de livre provimento do Governo do Estado do Paraná;

Segundo, os salários estão defasados; falei na época que todos os servidores tinham defasagem múltipla. Em relação aos cargos em comissão entendia que haveria de ser corrigido, sim, o valor dos Secretários, mas o Governo do Estado do Paraná deveria apresentar um projeto reordenando os cargos em comissão, para que um Chefe do DETRAN não ganhasse 800 reais líquidos, até porque isso me parece um incentivo para eventual displicência, quando não incentivo a comportamentos nada apropriados, como aconteceu em três subseções no DETRAN. O Governo foi severo, já houve o afastamento.

Dizia que um Chefe de Núcleo da Saúde não pode ganhar líquido um mil e novecentos reais. Não é possível quem coordena a saúde numa regional como a de Londrina, Maringá, ganhe um valor dessa ordem. Um diretor-geral ganha 3 mil reais, propus na época e nada foi feito, até porque havia um entendimento diferente, um reordenamento, enxugando alguns cargos em comissão e aumentando o salário de outros.

Aqui não vai demagogia. Não fiz emendas. Todos os servidores devem receber. Não dá para negar quando pego o orçamento das universidades e vejo na rubrica de pagamento de pessoal 20 milhões a menos. Os reitores deverão implementar um redutor de salários nos arrojados salários dos servidores das universidades.

De fato fiz o pedido de arquivamento com dor no coração, porque não pude pedir a sua retirada de pauta para oferecer maior tempo ao Governo refletir.

Compete ao Líder do Governo encaminhar a votação, como já o fez. Compete ao Deputado Antonio Anibelli, autor do projeto, os eventuais questionamentos, mas este Deputado, para fazer parte da Base aliada de um

governo, para ser Presidente de um Partido, integrante e militante deste Partido, não cabe incoerência!

Apresentamos um requerimento de retirada de pauta por dez sessões antes do segundo turno e fomos acusados de estar manipulando para preservar os nossos candidatos no processo eleitoral. Expus as mesmas razões que aqui exponho e, agora, faço o encaminhamento de voto no sentido de arquivarmos esse projeto e um apelo para que o Governo elabore uma proposta.

Será um escândalo? Será difícil? Será uma proposta incoerente esta que faço? Não, porque compete ao Governo, inclusive, dizer quanto entende que deve ganhar um Secretário de Estado.

Um Ministro de Estado, Sr. Presidente, recebe oito mil reais, certamente, é um valor insuficiente para alguns.

Faço aqui um apelo para que esta Assembléia diga claramente que quer do Governo um reordenamento de todos os cargos comissionados, algo que é possível fazer sem aumento de despesa, contemplando, eventualmente, e contemplando porque é merecido o aumento do salário dos Secretários. Portanto, Sr. Presidente, defendo aqui o meu requerimento de arquivamento.

Peço escusas ao Deputado Anibelli. Não se trata de questões de educação, mas um mandato público extrapola as relações pessoais e as posições políticas têm que ter coerência. Eu pretendo manter a coerência.

Obrigado e peço voto pelo requerimento, Sr. Presidente.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Eu acredito que o Deputado André Vargas foi de uma feliz iniciativa ao propor o arquivamento desse projeto. Eu acredito que estejamos fazendo, caso venhamos a aprovar esse projeto, uma injustiça com o quadro geral do Estado do Paraná.

Nós entendemos e reconhecemos, Srs. Deputados, que o salário dos Secretários é defasado. Entendo que todo agente político e público, quer ele com cargo eletivo ou mesmo nomeado, deve ser bem remunerado para que não precise recorrer a outros recursos e outras formas de procurar ampliar o seu ganho.

Deputado José Maria Ferreira, nós que convivemos há muitos anos aqui na Assembléia: como é que nós, Deputados, vamos explicar e justificar para o funcionalismo público, que estamos concedendo um aumento de 100% para os Secretários?

E os funcionários, como ficam?

Qual é a explicação que vamos lhes dar?

A começar pelos próprios funcionários desta Casa, me lembrou muito bem o Deputado Nelson Justus, o que nós vamos fazer? De que forma e de que jeito?

Entende que seria de boa forma técnica e até legislativa, que a Assembléia, antes de votar este projeto, procurasse o Executivo. Alguém poderia dizer: mas já existe a Lei de Responsabilidade Fiscal que proíbe você conceder um aumento quando o funcionalismo público já

vem a consumir 48, 49%, que é o limite máximo que o Estado pode gastar com a folha de pagamento em relação à Receita Tributária Líquida do nosso Estado. Agora, o que nós vamos fazer, Deputados?

Quero lembrar aquilo que aconteceu no passado, nos Governos anteriores, quando se criavam cargos, quando se procurava conceder um aumento acima para os Secretários em relação ao Quadro Geral do Estado do Paraná e hoje nós vamos fazer o inverso.

É difícil, Sr. Presidente para conseguirmos encontrar uma explicação plausível para os funcionários e até para a sociedade do Paraná. Como é que vamos conceder um aumento de cem por cento para os Secretários e nada para o Quadro Geral?

Por isso, nós concordamos com o Deputado André Vargas, independente de quem seja o autor do projeto, com todo o respeito ao Deputado Anibelli, mas a partir do momento em que se subscreve um projeto, ele passa pelas Comissões, vem a plenário e torna público, e qualquer Deputado tem o direito de requerer o seu arquivamento ou a retirada.

Agora, cabe sim, tem direito, sim, Deputado Anibelli, V. Exa. sabe. Eu sou dono do projeto até que eu o apresente. Depois que eu apresentei, ele tramitou na Casa, passa a fazer parte de um colegiado e esse colegiado é exatamente o Plenário aqui na Assembléia Legislativa.

Deputado André Vargas, parabéns, concordo com V. Exa. Somos a favor do arquivamento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento do Deputado André Vargas.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Presidente, para encaminhar também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Após o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na mesma linha de pensamento do Deputado Rusch, do Deputado André Vargas, nós queremos, em nome da Liderança do PSDB nesta Casa, registrar a nossa contrariedade ao encaminhamento e aprovação desse projeto de autoria do Deputado Anibelli, em que se prevê um reajuste de cem por cento dos vencimentos dos Secretários de Estado.

Até poderíamos nos somar a esta solicitação do Deputado Anibelli e outros Parlamentares, se aliado a isso viessem embutidas emendas e a Oposição tem essa preocupação, de correção dos vencimentos dos demais funcionários públicos do Estado do Paraná como muito

bem colocou aqui o Deputado André Vargas com clareza, com nitidez e com uma postura invejável, porque lembram perfeitamente o discurso do André Vargas aqui, Presidente do PT do Estado, antes da eleição de prefeito para Curitiba, que defendeu a sua idéia com relação à aprovação do projeto nesta Casa.

Queremos manifestar neste dia, a nossa indignação com relação a esse Projeto. Não podemos concordar, de forma alguma, até porque estaríamos sendo ingratos e cruéis com os demais funcionários públicos deste Estado! Não se pode permitir, num momento tão difícil da vida econômica deste País, se conceder um aumento de cem por cento aos Secretários de Estado, enquanto os funcionários do Estado do Paraná, não recebem aumento há muito tempo e quando recebem, é um aumento muito pequeno.

Queremos deixar, como Líder do PSDB, a nossa posição contrária. Somente aceitamos discutir o projeto de aumento dos Secretários de Estado se vier com uma Emenda, aprovando um vencimento aos demais funcionários do Estado e que isso possa realmente corresponder às expectativas e aos anseios de toda esta Casa, com certeza, que hoje sonha e deseja conceder ao funcionalismo público do Estado um aumento salarial condizente com aquilo que fazem neste momento. Por isso somos favoráveis ao pleito do Deputado André Vargas com relação ao arquivamento desse projeto, com todo respeito que temos à capacidade, à inteligência do nosso querido Deputado Anibelli, experiente, Deputado que é um orgulho entre os Parlamentares. Quero discordar da sua preocupação e da sua vontade neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins e, posteriormente, ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente a pequena Bancada de Oposição, mas aguerrida, nesta Casa, concorda com tudo que o Deputado André Vargas colocou, aqui. Mas a Bancada de Oposição só não concorda em um ponto, quando ele diz que sua emenda não é demagógica, que estende o aumento para todos os funcionários. A nossa emenda propõe estender para os demais funcionários do Estado.

Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aqui ao Deputado Anibelli, que goza de todos nós de muito carinho e respeito, pelo companheiro que ele é. Entendo que se Governador Roberto Requião quer tanto dar esse aumento aos Secretários, essa é uma prerrogativa sua, do Executivo. Não podemos nos meter nessa situação. Ele que mande uma mensagem à Assembleia Legislativa.

É um apelo que estamos fazendo. Por que vamos ter esse desgaste desnecessário, quando é uma prerroga-

tiva do Governador dar aumento para o funcionalismo, inclusive, para os Secretários?

Esse é o apelo que faço nesta tarde à Mesa da Assembleia a todos os Deputados e, principalmente, ao Deputado Antônio Anibelli.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Para Encaminhar**)

A Bancada do Partido da Frente Liberal apóia, sim, o requerimento do Deputado André Vargas, Presidente Estadual do PT, para que o seu destino sejam os arquivos da Assembleia Legislativa do Paraná.

Primeiro, porque na nossa avaliação esse projeto tinha que ser oriundo do Poder Executivo e não do Poder Legislativo. Ele vai trazer custos aos cofres públicos do nosso Estado. A Assembleia não tem a prerrogativa de, através de projeto próprio, levar custos aos cofres do Governo do Estado do Paraná. Sinto que o Governador quer que os seus Secretários tenham aumento, mas não pelas suas mãos. Ele defende uma idéia e faz com que o desgaste venha para nós - Deputados Estaduais - na Assembleia Legislativa do Paraná.

O nosso voto é claro: somos a favor do requerimento do Deputado André Vargas e que este projeto vá para os arquivos da Assembleia Legislativa, e o Governador do Estado que tenha a coragem de encaminhar à Assembleia Legislativa do Paraná e arque com o ônus do desgaste, para que, através de um projeto do Executivo, uma mensagem, nós venhamos discutir o aumento dos Secretários de Estado. Um aumento de 100%, na minha forma de ver não é justo, é imoral e nós dos PFL votamos contra.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Nishimori**)

Quero agradecer a presença do Prefeito de Atalaia, reeleito, Antônio Carlos.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Apenas para saudar as presenças dos Vereadores eleitos de Juranda, Molina, nosso companheiros e Henrique Barros, do PMDB, de Londrina, que estão aqui entre nós.

Quero agradecer as presenças e a Casa está sempre aberta.

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir, aqui, alguns Deputados falarem de maracutaia no governo. Vi daquela tribuna o Deputado Durval Amaral, e vi aqui debaixo o Deputado Traiano falar em péssimos técnicos, que deveriam ser demitidos, os que estão na COPEL. Neste momento estamos tratando aqui de verdadeiros executivos que cuidam e que trabalham nas Secretarias e que têm a devida responsabilidade. Muitas vezes aquela pessoa que assume a responsabilidade de ser Secretário, assume o dever e o compromisso de colocar muitas

vezes em risco até as suas coisas pessoais para ser um Secretário de Estado.

O Governador encaminhou esse pedido para que possa ter bons técnicos no Governo e que esses bons técnicos possam ser bons para o Paraná e possam nos ajudar. É claro que o discurso da Oposição é um discurso demagógico. Temos que atentar a isso. Acabamos de ver aqui a Oposição questionar os técnicos da COPEL e...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, pela ordem.

O Deputado Jocelito Canto tem todo o direito de expressar o seu pensamento e eu também tenho todo o direito e o dever de dizer que não sou demagogo e que nenhum Deputado aqui é demagogo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu pediria ao Deputado Jocelito Canto para ater-se à matéria. V. Exa. está fugindo do encaminhamento e posteriormente poderá, nas Explicações Pessoais, fazer essas colocações. Peço que V. Exa. atenda o Regimento da Casa e encaminhe a votação.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, não estou fugindo do assunto. Estou apenas dizendo aqui que se um chapéu serviu para alguém, que use o chapéu. Então não acusei ninguém aqui, mas se o chapéu coube na cabeça de alguém, que use o chapéu...

O SR. ADEMAR TRAIANO

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A palavra está assegurada ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Só quero dizer que vou votar a favor desse projeto, porque o Governo tem que ter bons técnicos, pessoas responsáveis até para melhorar os demais cargos do Estado. Temos votado aqui e estou muito tranquilo para votar esse projeto, porque votei a favor de todos os que passaram aqui, como o Plano de Cargos e Salários da Assembléia, o Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Justiça, o Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Contas, enfim, tudo o que veio para cá eu votei a favor.

Quero perguntar aos Deputados da Oposição: no Governo anterior vocês nunca votaram um aumento de salário para ninguém do Governo anterior? Quero deixar essa pergunta no ar.

Claro, a Oposição está acostumada a não dar aumento, porque deixou os professores oito anos em uma desgraça, abandonados, sofridos. Então, não quer dar aumento, porque deixou os professores oito anos em uma desgraça, abandonados, sofridos. Então, não quer dar

aumento, porque não deu também para os professores durante oito anos! Então, está acostumada a não dar aumento da Oposição.

Agora, quando falei em demagogia, Deputado Luiz Carlos Martins e demais Deputados, queria dizer o seguinte e prestem atenção no que vou falar.

Desculpem-me, mas vou mexer em nós e vou ter a coragem de falar aqui. Quero dizer aqui, porque nós falamos em aumento dos salários dos professores, nós falamos em aumento do salário de todo mundo, mas todos aqueles que fizeram comentários aqui nesta tarde também receberam aumento nesta Casa! Todos os Deputados, quando assumiram aqui, receberam o aumento também! Estamos recebendo um aumento que foi definido e que ninguém falou aqui, mas vou ter a coragem de falar e não vi ninguém reclamar disso!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero esclarecer a V. Exa. e a todos que estão nos ouvindo que os aumentos concedidos são legais, dentro do que permite a Constituição Federal e do que recebe o Deputado Federal. Quero deixar bem claro isso para não termos dúvida dos pagamentos que são efetuados aos Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO

Perfeitamente. Eu jamais colocaria suspeitas em sua pessoa, que preside muito bem esta Casa. Só estou dizendo o seguinte: dos outros, é muito fácil falar, não dar aumento para os outros. Agora, nós, Deputados, recebemos aumento quando entramos nesta Casa, aumento definido por Lei Federal, um Deputado ganhava sete mil reais e passou a ganhar nove mil reais, e ninguém falou nada! Recebemos, tudo bem, é legal, sem problema nenhum. Agora, estamos questionando aqui, Secretários, que vamos dar aumento e tem gente fazendo discurso de que é ilegal, que não pode, que é imoral. Então, fazer discurso é bonito!

Perdoe-me, Sr. Presidente, quando eu falei em demagogia aqui, alguém me chamou a atenção, mas eu tinha que fazer esse pronunciamento. Eu não sou a favor de que ninguém ganhe mais, ou ganhe menos, mas acho que se os Secretários querem ganhar mais, e há um projeto legal que está aqui, não há nada de ilegal, porque senão não estaria sendo votado aqui, eu acho que cada um deve votar como quer.

Agora, demagogia, dizer que não vai votar porque o cidadão, lá, não ganha mais, porque o fulano vai ganhar mais, porque os funcionários vão ganhar mais, nós estamos falando de trinta Secretários, não estamos falando de cem, trinta, quarenta, mil, e nós votamos todos os aumentos concedidos aqui!

Para finalizar, Sr. Presidente, para o senhor não me entender errado, que V. Exa. sabe que o Deputado Jocelito tem seus defeitos, mas tem suas virtudes também. Em momento nenhum quando eu falei em aumento aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas eu não estou contestando. Sei das virtudes de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO

Só estou dizendo a V. Exa. que quando recebemos o aumento legal, correto, ninguém falou, agora vamos falar do aumento dos Srs. Secretários!

Muito obrigado e desculpe-me a franqueza.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Solicito ao nobre Deputado Reni que faça a conferência da votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Onze Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Vinte e seis Deputados rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

Em discussão o projeto. Encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O tema é extremamente palpitante.

Efetivamente os Secretários de Estado estão já há dez anos sem aumento na sua remuneração, oito anos do Governo anterior, praticamente, mais dois anos deste Governo. Entretanto, nós da Oposição temos algumas preocupações. Em tese, poderíamos até ser favoráveis ao aumento dos salários dos Secretários de Estado, desde que os demais servidores públicos do Estado do Paraná não fossem esquecidos nesse aumento. Alguém poderia dizer - não, mas o Governo anterior não deu aumento salarial para ninguém - uma premissa falsa.

Basta dizer que em 31 de dezembro de 1994, quando terminou o Governo de Roberto Requião e Mário Pereira, a folha de pagamento do Estado do Paraná era em torno de 100 milhões de reais. Ao longo dos últimos oito anos, a folha ultrapassou a faixa de 250 milhões ao mês. Claro que existiram aumentos consideráveis, sim. Erros, claro, foram cometidos, como talvez este Governo também tenha cometido, porque o Governador ou o Governo passado deu aumento para os servidores públicos, para os professores, para várias camadas dos servidores públicos do Paraná no primeiro ano da administração,

como também este Governo fez, tentando recompor e repor perdas salariais.

O que nós estamos vendo agora é uma discussão se os Secretários merecem ou não, o aumento. Todos nós sabemos que quatro mil reais ou seis mil reais não é um salário fenomenal para ninguém. Todos gostaríamos, todo e qualquer servidor, todo e qualquer funcionário gostaria de ganhar o quanto mais, melhor seria, com toda certeza, mas se trata do efeito psicológico dessa medida - como é que nós podemos concordar num aumento para os Secretários de Estado se as outras camadas, se outros funcionários do serviço público não vão receber aumento nem na mesma proporção e nem em proporção menor?

Nós discordamos, sim, da forma como este aumento foi colocado, principalmente porque, se fosse proposto pelo Governador do Estado do Paraná, assumindo o ônus do governante de remunerar melhor os seus Secretários de Estado, talvez o nosso entendimento fosse até diferente. Claro que eu tenho muito apreço e muito respeito por qualquer Parlamentar. Na nossa ótica, claro, existe até uma dúvida jurídica se poderia um Parlamentar apresentar ou se seria exclusivamente prerrogativa do governante e na dúvida, eu fico com prerrogativa exclusiva do nosso governante, do Governador, porque a ele incumbe o ônus ou o bônus de acertar ou errar nas suas decisões e, com toda a certeza, remunerar melhor os seus Secretários de Estado. Tem que ser, necessariamente, iniciativa sua, porque ele é quem tem que dizer que seus Secretários vão ter uma remuneração melhor. Este ônus não pode ser compartilhado ou dividido com a Assembleia Legislativa, exceto e somente se, com toda a certeza, nós pudéssemos estender esses benefícios não só para os demais servidores públicos do Poder Executivo, mas por que não também para os servidores do Poder Legislativo, enfim, para todas as camadas de servidores públicos - do Poder Legislativo, do Poder Executivo? Não é isto que está sendo colocado nesse projeto.

Tudo isso não me surpreende. O que me surpreende mesmo é esta capacidade de mutação que alguns, ou melhor, que, infelizmente, colega meu tem, na Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, esta capacidade de mutação de hoje ser azul, amanhã amarelo, hoje ser verde, amanhã vermelho. me causa espécie.

Eu digo isto e já vou fazer a defesa também, porque o chumbo poderia vir - eu fui Secretário de Estado do Governador Roberto Requião, fui Líder do Governo Jaime Lerner - por mais que pudessem me cobrar posição, certamente aqui na Casa a coerência tem sido a minha marca. Por ter sido Líder do Governo anterior eu não titubeei ao ficar na Liderança da Oposição a um Governo que tenho apreço e respeito, mas me mantive com coerência.

Eu não gosto de particularizar ou individualizar a discussão, mas me permita, Sr. Presidente, e o senhor sabe que não é do meu feitio, mas ouvi daqui o meu colega que eu tenho maior apreço, Deputado de Ponta Grossa, Jocelito Canto falar de demagogia, de oportun-

ismo que o Secretário deveria receber aumento salarial pá, pá, pá e não sei mais o quê.

Deputado Bradock, o senhor frequentador da CCJ como eu também sou, o Deputado Jocelito quando não estava às mil maravilhas com o Governador Roberto Requião, votou contra e fez questão de grafar aqui que ele era contra o aumento dos Secretários de Estado.

Olha, Deputado Jocelito, eu não tenho nenhum direito de lhe cobrar coerência, não, porque aqui cada um vota como quer e eu respeito a sua posição, mas é importante, Sr. Presidente que a gente se defina se gosta mais do vermelho, do verde ou do amarelo.

Não entenda como uma reprimenda, porque eu acho que o Parlamentar tem toda independência para votar como quer mas quando se escreve, para mim não precisa nem escrever, só falar já basta, mas quando se escreve, o compromisso acaba sendo maior.

Então, vamos manter nosso voto com coerência!

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado, me concederia um aparte?

O SR. DURVAL AMARAL

Da minha parte não tem problema em conceder o aparte, mas estamos no encaminhamento, Deputado Anibelli, se o Presidente conceder...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No encaminhamento não vamos conceder aparte, até porque temos mais uma Sessão e depois uma Sessão Solene e nossos convidados já estão chegando e eu pediria que V. Exa. concluísse, após o tempo regimental de V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu lamento profundamente, tenho um apreço muito grande pelo Deputado Anibelli e gostaria imensamente de conceder o aparte.

Então vamos manter a nossa coerência, nós temos inclusive uma emenda. Eu sempre respeito a maioria na Assembléia Legislativa. Se a maioria efetivamente aprovar esse projeto do Deputado Anibelli assim como está proposto, com a Emenda Substitutiva da CCJ, eu pediria para que aprovasse, Deputado Stica, também a nossa emenda que estende este benefício para os demais servidores do Estado do Paraná, para que todos possam receber o mesmo benefício, que aliás, seria de grande agrado para todo funcionalismo público do nosso Estado.

Muito obrigado. Peço desculpas ao Deputado Jocelito, não é do meu feitio citar colega aqui da tribuna, nunca fiz isso, mas como o senhor me citou, achei que deveria trazer à tona seu voto contrário para entender e colocar as coisas todas no seu devido lugar e no seu devido tempo.

Desde já, peço desculpas ao colega.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvindo atentamente o pronunciamento do Deputado Durval Amaral não poderia deixar de emitir também aqui a minha opinião. Acho que os Deputados mais experientes, que têm mais tempo nesta Casa, têm mais mandamentos, acham que podem fazer pronunciamentos como verdadeiros professores de Deus. Eu não concordo com isso! Acho que cada Deputado que aqui está, vem a esta Casa mediante uma votação encaminhada pelo povo, então, ele tem o mesmo direito do Deputado que há mais tempo está aqui.

Agora eu não posso me calar quando ouço o meu colega, que tenho o maior respeito e acho que é um grande Parlamentar, Deputado Durval Amaral, falar aqui que nunca mudou, que sempre foi coerente com o seu voto, que foi Oposição ou foi Situação.

Não precisamos falar desse passado porque a vida de cada um está escrita, aqui, nos arquivos desta Casa está arquivado na vida pessoal política de cada um, Deputado Durval Amaral.

Agora, V. Exa. falar que sempre foi coerente, com todo respeito, vi um dia o senhor quase chorar, aqui, de brabo, quando alguém lhe acusou de ter ido buscar dólares das mãos do Yussef! Confesso-lhe que fiquei preocupado, porque não achava justo que alguém fizesse uma acusação a V. Exa. sem as devidas provas. E V. Exa. dizia daquela tribuna, que ninguém pode acusar alguém sem ter provas. Então, V. Exa. falou agora em coerência. E lá atrás, quando lhe acusavam, quando subiram num prédio e jogaram a sua imagem no lixo, V. Exa. dizia que não podia fazer isso, que V. Exa. tinha coerência. E agora há pouco o senhor de novo repetiu essa palavra: "... que tem coerência".

Agora ainda, vi V. Exa. falar em maracutaia. Vi o senhor, Deputado Durval Amaral, dizer - é que o Líder do Governo de forma fraca não soube defender aqui quando o senhor falou em maracutaia, que a COPEL estava fazendo uma maracutaia. E há pouco vi o Líder do Governo aqui dizendo que não é bem assim, que contestou quando o Deputado Traiano falou aqui que havia irregularidades e que isso na frente seria aprovado. Então, não vamos falar de incoerência neste Parlamento.

Quanto à questão que votei na Assembléia na CCJ anteriormente contra a questão dos salários, era um outro posicionamento, era outro momento. Como V. Exa. já viveu vários momentos, já foi Governo, já lutou para vender a COPEL e hoje defende aqui uma outra situação da COPEL.

Essa demagogia, me permita a palavra, que o Deputado só vota se der aumento para todo mundo, minha gente, isso não existe! Quem já passou por uma Prefeitura, quem já passou por um cargo executivo, sabe que isso não funciona, que não passa de um argumento da Oposição para fazer média com todo mundo! Ou dá aumento para todo mundo ou não dá para ninguém! Isso não existe em lugar nenhum! Então, Deputado Durval Amaral, com todo respeito à sua experiência, a esse seu

jeito macio de se pronunciar, gostaria de dizer-lhe da questão dos salários dos Secretários. Gostaria de, ao encerrar, dizer ao nobre Líder das Oposições, que esse discurso de que ou todo mundo ganha, todo mundo já sabe o que é.

Estou muito tranqüilo, Deputado Durval Amaral, votei a favor do aumento dos professores, do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, todos aumentos que o Governador mandou para cá e até que a Casa mandou o senhor pode ter certeza que votei todos a favor, jamais votei contra. E o Governo que V. Exa. acusa de nesse momento querer dar aumento para o Secretário, é um Governo que deu dignidade aos professores do Paraná, que deu aumento que o Governo anterior não deu. Aqueles professores sofridos que estavam há 8 anos sem aumento, receberam aumento, como outras instituições.

Espero que os atuais Secretários, ao receberem esse aumento, possam trabalhar para levar o aumento aos demais cargos, que nós necessitamos no Estado do Paraná.

Para fechar, para não dizer que não falei também nesse caso. Alguns Deputados me perguntaram sobre essa questão, eu quero mais uma vez explicar aqui, até porque acho que o mais importante nesse momento é ser justo.

Acho que todo mundo pode reclamar que estamos dando aumento demais. Mas, a gente só pode falar de aumento, se a gente não recebeu aumento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, tenho alguns anos de vivência parlamentar nesta Casa, mas tanto eu quanto qualquer outro parlamentar de primeiro ou de muitos mandatos, olhamos exatamente a mesma coisa aqui.

O que nos diferencia um dos outros, certamente é a formação de cada um. Não só a formação intelectual, porque talvez uns tiveram mais oportunidade do que outros, mas o que nos diferencia é a personalidade, é o caráter, é a seriedade, é a conduta que cada um tem na Assembléia legislativa.

Desculpe, Deputado Jocelito, se causei inveja a V. Exa. e se seus argumentos são de tão baixa qualidade, eu tenho que entender que são deficiências da sua formação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu quero dizer ao Deputado Durval Amaral, eu não sou formado, não estudei...

O SR. DURVAL AMARAL

Não é da formação intelectual...

O SR. JOCELITO CANTO

O senhor não é professor de Deus...

O SR. DURVAL AMARAL

Com certeza não, mas eu trato todo mundo com respeito!

O SR. JOCELITO CANTO

Mas o senhor está perdendo o respeito!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Até pelo bom registro da Casa, peço licença ao Deputado Durval Amaral para que fossem retiradas das notas taquigráficas as expressões que ele utilizou.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. presidente, não posso admitir, até porque eu fui extremamente cortês e elegante, como sempre sou e efetivamente, não agredi; fui agredido daquela tribuna sem nenhuma qualificação e com total despreparo. Fiz uma crítica política registrando tão e unicamente que o Deputado Jocelito, na CCJ, havia votado contrariamente ao aumento dos Secretários.

Ele veio e fez um belo discurso de oportunismo, de demagogia e, de repente, a imprensa tem que saber como ele votou e como ele está votando.

As minhas palavras eu não posso permitir que sejam retiradas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado o encaminhamento. Está em votação.

O Deputados que aprovam o projeto em 1ª Discussão permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Solicito ao Deputado Alexandre Curi que faça a contagem da votação, que vamos fazer nesse momento.

Os Deputados que aprovam o projeto em 1ª Discussão, queiram levantar-se. Vinte e sete Deputados aprovam. Os Deputados que rejeitam o projeto em 1ª Discussão, queiram levantar-se. Treze (13) senhores Deputados rejeitam.

Está **aprovado** em 1ª Discussão, o projeto.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, mês de setembro de 2004. Conforme Resolução 003/

2004. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2004, conforme Resolução de nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 72/2004

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 72/2004, prestando contas da verba de crédito para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2004, regulamentada pela Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição acima citada, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Pelo acima exposto, conclui este relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1850 de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1851, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1834 e 1848, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1844, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1857, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1845, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1847, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1853, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1835 a 1843, 1854 e 1855, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1858, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1859, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1860, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (**Para Encaminhar**)

Não posso deixar de dar ciência a esta Casa, até porque o fato que nos leva a fazer esse Pedido de Informações tem uma celeridade, Deputado Durval Amaral.

Gostaria até que se fosse possível que o senhor prestasse atenção, porque nós estamos fazendo um pedido de informações a respeito de uma compra de energia feita entre a COPEL e a Dona Francisca, que é uma Usina de Santa Catarina, no valor de 360 milhões de reais e que o Deputado Natálio Stica está dizendo que é boa gente, não é boa gente porque é uma usina, não é Dona Francisca pessoa, Dona Francisca, infelizmente, se fosse uma boa pessoa não tinha problema nenhum.

O problema é que a COPEL firmou um contrato de compra e venda de energia elétrica com Dona Francisca, que não foi homologado pela ANEEL, e que se a COPEL não entregar a documentação até sexta-feira agora, daqui a dois dias, vai ter que ficar com a energia no valor de 360 milhões, sem ter para quem vender.

Quer dizer, nós ficamos aqui durante 10 dias discutindo se fazemos ou não homologação de determinadas linhas de transmissão que estão sendo feitas via contrato COPEL e a empresa de Santa Catarina, e agora nós estamos vendo que nós temos, num valor muito maior, dois dias para resolver uma situação!

Então Sr. Presidente, mais uma vez quero pedir desculpas a essa Presidência, porque sei que temos Sessão agora. Mas não dá, espero que a COPEL nos responda ou que resolva até sexta-feira, porque se isso não acontecer, aí não é o Diretor da COPEL que assinou. Acho que aí o Governo do Estado e toda a diretoria da COPEL estão sob suspeição. Isso é grave! Sei disso! Mas não dá para termos

um contrato, caso venha a se confirmar, de 360 milhões de reais, que seja levado com a barriga!

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Só para que não fique aqui nenhuma dúvida a respeito do Governador Roberto Requião.

Ele disse e eu reafirmo aqui: todas as dúvidas que parem nesta Casa, o Governo vai, sim, pedir para que sejam apuradas. Nós, na Liderança do Governo, estamos pedindo à nossa Bancada para que vote favorável a este requerimento. Se tiver algum erro, é por parte da direção da COPEL e que alguém responda. O que não dá é dizer que o Governador fica sob suspeição! O Governador quer que tudo seja avaliado como deve ser.

Portanto, pedimos para que vote favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente.

Espero que até sexta-feira venha a resposta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1862, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1863, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 672/2003, 013, 182, 183 e 190/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484/2003 e 382/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/2004.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2004

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Chico Noroeste.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi e Ademir Bier (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Nós só queremos comunicar a todos os integrantes da CPI da Reforma Agrária, que amanhã pela manhã, às 9 horas, nós teremos uma Sessão aqui no plenarinho da Assembléia, com a participação do superintendente do INCRA, Sr. Celso.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.11.2004.

(a) CHICO NOROESTE

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos programas de alimentação escolar e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 672/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incluído o peixe no cardápio dos programas de alimentação escolar no Estado do Paraná.

Art. 2º - A aquisição dos produtos alimentícios que compõem o cardápio do Programa de Alimentação Escolar no Estado do Paraná será realizada na própria região da distribuição.

Art. 3º - Cabe ao Poder Executivo regulamentar a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, observado o disposto na legislação federal específica.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 013/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a criação e implantação do Índice Paranaense de Responsabilidade Fiscal - IPRS. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 013/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a criação e implantação de índice que possibilite acompanhar o desenvolvimento social dos municípios do Estado, a ser denominado Índice Paranaense de Responsabilidade Social - IPRS.

Art. 2º - O IPRS deverá ser elaborado por órgão competente do Poder Executivo, diretamente ou através de convênios, a partir de dados fornecidos diretamente pelos municípios, bem como por outros dados que venham a ser considerados necessários, oriundo de órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, ou ainda, de instituições públicas federais.

Art. 3º - A metodologia a ser adotada para a elaboração do IPRS deverá considerar como variáveis relevantes para a indicação dos resultados obtidos pelos municípios, dentre outros que venham a ser fixados pelo Poder Executivo, o desempenho nas áreas de educação, emprego, finanças, públicas, habitação, ocorrências policiais e saneamento básico.

Art. 4º - Os índices de responsabilidade social e os indicadores de desempenho por área serão divulgados bianualmente, através dos órgãos oficiais do Estado, no segundo e quarto anos de mandato dos governos municipais.

Parágrafo Único - A primeira edição do relatório do IPRS deverá ocorrer no ano de 2007, observando-se a partir de então a periodicidade prevista.

Art. 5º - Os municípios que omitirem ou não prestarem as informações para a elaboração do IPRS no prazo solicitado serão considerados inadimplentes sociais, podendo ser proibidos de firmar convênios com o governo estadual.

Art. 6º - Aos municípios que, segundo o relatório do IPRS, obtiverem significativa evolução em relação ao posicionamento no índice anterior, no geral ou em área específica, poderão ser conferidos certificados de reconhecimento pelo esforço em prol da causa social, assim como aos que mantiverem em posição de excelência.

Art. 7º - Os dados apurados para a elaboração do IPRS serão utilizados como referência para o planejamento das políticas estaduais, principalmente na área social.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias, con-

signadas em programas de trabalho específicos para esse fim.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, especialmente no que se refere à definição do órgão responsável pela elaboração do IPRS.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 182/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, com sede e foro no Município de Ubiratã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 182/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, com sede e foro no Município de Ubiratã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Município de São João do Ivaí, com sede e foro no mesmo Município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 183/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Município de São João do Ivaí, com sede e foro no Município de São João do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Instituição Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubiratã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 190/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubiratã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, SP e CDH. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2004, que autoriza o Poder Executivo construir, por intermédio da COPEL ou subsidiária desta, sociedade com a ELETROSUL. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2004, conforme Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Goioerê: Tenente Martins, Tião Lopes e o Vereador eleito Zé Lopes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nossos cumprimentos aos nossos ilustres visitantes.

Requerimento nº 1864, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 203, 205, 229, 275, 344, 353, 366, 376 e 382/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 733/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 139, 324, 358, 364 e 379/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 48/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6841, datado de 19 de outubro de 2004, deste Poder.

R E S O L V E :

CONCEDER, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, matrícula nº 41010, de quatorze dias (14), a partir de 18 de outubro de 2004, término 01 de novembro de 2004. CID. 10-H81.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.11.2004.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissão:**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 073/2004, 112/2004, 138/2004, 178/2004 e 256/2004, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 010/2004, e o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 107/2004, 186/2004, 194/2004 e 223/2004, 241/2004, 242/2004, 243/2004, 244/2004, 247/2004, 249/2004, 253/2004, 255/2004, 256/2004 e 259/2003, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 007/2004 502/2003, 714/2003,

140/2004 e 012/2004 e o Projeto de Resolução nº 011/2004, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 032/2004 e a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 703/2003, 128/2004 e 185/2004, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO

Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PAUTA 16/11/2004

ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 170/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que transforma o pelotão da Polícia Militar de Castro em Companhia, com consequente aumento de efetivo e demais estruturas. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 221/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a doação dos cordões umbilicais dos recém-nascidos em maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.08.2004.**

Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste à Luz Marina, município de São Pedro do Iguaçu. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 226/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre reserva de vagas para afro-descendentes nos processos seletivos das Universidades Estaduais. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 20.10.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock, em 09.11.2004.**

Projeto de Lei nº 233/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 236/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que estabelece critérios de publicidade das bolsas de estudo concedidas por instituições de ensino superior, públicas e privadas. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 237/2004, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, que dispõe sobre o regime de proteção e aproveitamento de povoamentos naturais e plantados do pinheiro do Paraná - Araucária. **Relator: Deputado Tadeu Veneri, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 239/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que determina o povoamento durante o período de proibição da pesca, com a distribuição de alevinos nos rios que cortam o território paranaense. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui o Prêmio Estadual de Direitos Humanos no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 257/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, que institui o Dia da Comunidade Alemã no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Tadeu Veneri, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 258/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que dispõe sobre a oferta e a apresentação de produtos e serviços ao consumidor. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 269/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 8013/84 - doação de imóvel ao município de Presidente Castelo Branco. **Relator: Deputado Tadeu Veneri, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei Complementar nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte - defesa do consumidor. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 281/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 20.10.2004. Vistas ao Deputado Delegado Braddock, em 09.11.2004.**

Projeto de Lei nº 283/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a concessão de meia-entrada para professores na compra de ingressos para eventos culturais. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que institui o Programa Bolsa Esporte no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 335/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que institui o Dia do Transportador Escolar no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Tadeu Veneri, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 336/2004, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que altera a Lei nº 14.427/2004 - uso do aparelho desfibrilador. **Relator: Deputado Chico Noroeste, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 341/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Lei nº 13.115/2001 - Títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito. **Relator: Deputado Chico Noroeste, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 367/2004, de autoria do Poder Executivo, que objetiva dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 12.317/98, alterado pela Lei nº 12.377/98 - Conselho Penitenciário. **Relator: Deputado Hermes Fonseca, designado em 20.10.2004.**

Projeto de Lei nº 280/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 11.170/95 - fixação de limite de vencimento. **Relator: Deputado Hermes Fonseca, designado em 11.11.2004.**

Projeto de Lei nº 405/2004, de autoria do Poder Executivo, que objetiva instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 11.11.2004.**

Proposição-Veto nº 73/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno à Prefeitura de Itapejara d'Oeste. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 11.11.2004.**

Proposição-Veto nº 74/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a doar terrenos ao município de Nova Aurora. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 11.11.2004.**

Proposição-Veto nº 75/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 10/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 11.11.2004.**

Proposição-Veto nº 76/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 07/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Alto Paraná. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 11.11.2004.**

Proposição-Veto nº 77/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis ao Município de Agudos do Sul. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 11.11.2004.**

Proposição-Veto nº 78/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno à APAE de Foz do Iguaçu. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 11.11.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS DE
UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 380/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Apoio à Mulher, com sede e foro no Município de Curitiba. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 11.11.2004.**

Projeto de Lei nº 383/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Amparo ao Menor Marquesiense, com sede e foro no município de Capitão Leônidas Marques. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 11.11.2004.**

Projeto de Lei nº 386/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Maria Pavan Cerci, com sede e foro no Município de Umuarama. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 11.11.2004.**

Projeto de Lei nº 387/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Menino Jesus de Santa Eliza, com sede no Distrito de Santa

Eliza e foro no Município de Umuarama. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 11.11.2004.**

Projeto de Lei nº 391/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio à Promoção Profissional do Adolescente, com sede e foro no município de Umuarama. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 11.11.2004.**

Projeto de Lei nº 392/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cantinho da Criança, com sede e foro no Município de Umuarama. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 11.11.2004.**

Projeto de Lei nº 397/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Polegar, com sede e foro no Município de Maringá. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 11.11.2004.**